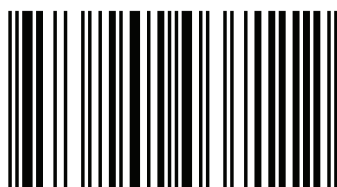


A Indústria Madeireira em Anita Garibaldi - SC

A atual configuração sócio-espacial do município de Anita Garibaldi (SC) resulta de fatores historicamente construídos. O processo de ocupação humana representou uma grande transformação para a região, intensificando a devastação da Floresta Estacional Decidual (FED) e da Floresta Ombrófila Mista (FOM) – floresta com araucárias. Este livro analisa os aspectos históricos e socioambientais da indústria madeireira no município de Anita Garibaldi no século XX, sob o viés teórico-metodológico da História Ambiental. Conhecer os aspectos históricos da devastação da floresta de araucárias e espécies de lei nos permite reconhecer a necessidade de uma interação mais sustentável com a natureza, no intento de que a reflexão provoque a sua valorização e preservação.

Gil Karlos Ferri é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestrando em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pesquisa e leciona História, com ênfase em estudos ítalo-brasileiros, migrações e História Ambiental.



978-620-2-03711-2

A Indústria Madeireira em SC

Ferri



Gil Karlos Ferri

A Indústria Madeireira em Anita Garibaldi - SC

Uma História Ambiental

 Novas Edições
Acadêmicas

Gil Karlos Ferri

A Indústria Madeireira em Anita Garibaldi - SC

Gil Karlos Ferri

**A Indústria Madeireira em Anita
Garibaldi - SC**

Uma História Ambiental

Novas Edições Acadêmicas

Imprint

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Publisher:

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

ISBN: 978-620-2-03711-2

Copyright © Gil Karlos Ferri

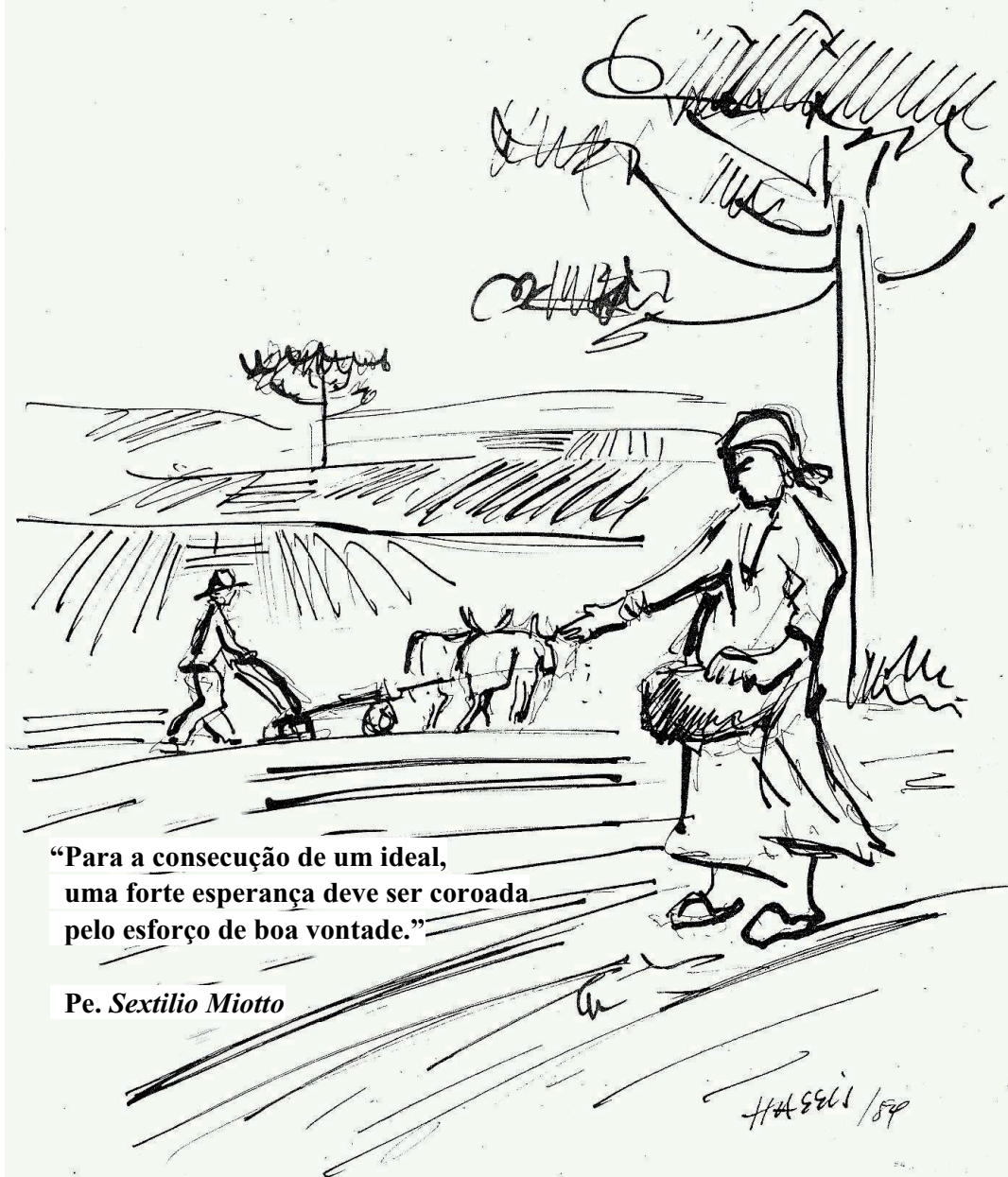
Copyright © 2017 International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

All rights reserved. Beau Bassin 2017

GIL KARLOS FERRI

**A HISTÓRIA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA MADEIREIRA
EM ANITA GARIBALDI - SC**

*Dedico esta obra à memória de meus avôs,
Fulvio e Izidoro.*



**“Para a consecução de um ideal,
uma forte esperança deve ser coroada
pelo esforço de boa vontade.”**

Pe. Sextilio Miotto

HA 5961 / 89

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um poderoso sentimento de reconhecimento àqueles que contribuem para tornar nossas vidas mais intensas. Sendo assim, registro aqui meu carinho e admiração à:

- *DEUS*, por tudo;
- *Gildaci e Claudete Ferri*, estimado pai e admirável mãe;
- *Bárbara Sofia Ferri Dutra e Rafaela da Silva Correia*, minhas afilhadas, fagulhas de esperança em nossas vidas;
- *Francinny Ferri Dutra e Michelangelo Dutra*, irmã e cunhado, um casal que muito admiro;
- *Claudia de Bona Sartor*, cara *nona* com quem aprendo valores para toda a vida;
- *Mariana de Lorensi*, meu ponto de equilíbrio, amável companheira de tantas histórias;
- *Valberto Dirksen*, sábio professor e amigo de bons momentos;
- *Ivone Tonon*, querida e acolhedora;
- *Maria de Lourdes Hess* e família, conterrâneos que me acolheram fazendo de Florianópolis um lugar mais feliz;
- *Eunice Sueli Nodari*, orientadora deste trabalho e de tantas outras pesquisas, professora com a qual aprendo muito sobre o ofício de historiador;
- *Samira Peruchi Moretto*, coorientadora e amiga;
- *João Klug*, professor e coordenador do LABIMHA, sou grato pela oportunidade;
- *Amigos de infância e colegas da UFSC*, impossível citar todos, mas todos sabem que fizeram parte de uma fase importante de minha vida, e estarão sempre em meu coração.

Enfim, agradeço a todos aqueles que possibilitaram a realização este trabalho. Que possamos reforçar e ampliar nossas redes de amizade, e assim, com solidariedade, construirmos um mundo cada vez mais justo, para todos. Muitíssimo obrigado!

SUMÁRIO

Introdução	06
Capítulo I - A História Ambiental	09
Capítulo II - Anita Garibaldi: aspectos naturais, sociais e históricos	
2.1 Características do Município	16
2.2 Histórico do Município	24
Capítulo III - Migrações, Florestas e Madeiras	
3.1 Migrações e Explorações Madeira	45
3.2 A Indústria Madeira	52
3.3 Aspectos Econômicos	75
Capítulo IV - Memórias de Uma Época	84
Considerações Finais	100
Referências	109
Fontes	116

INTRODUÇÃO

“Como, pois, se atreve o homem a destruir, em um momento e sem reflexão, a obra que a natureza formou em séculos, dirigida pelo melhor conselho? Quem o autorizou para renunciar a tantos e tão importantes benefícios? A ignorância, sem dúvida.

[...] Destruir matas virgens, como até agora se tem praticado no Brasil, é crime horrendo e grande insulto feito à mesma natureza. Que defesa produziremos no tribunal da Razão, quando os nossos netos nos acusarem de fatos tão culposos?”

*José Bonifácio de Andrada e Silva
(1763 – 1838)*

Este trabalho que ora se apresenta é o resultado de uma pesquisa idealizada e desenvolvida desde o ano de 2009, quando iniciei a graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), até o ano de 2014. Através do envolvimento com o Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), tive o conhecimento do viés teórico-metodológico da História Ambiental. Enquanto bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), participei do projeto de pesquisa “*A natureza dominada: ocupação e desmatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875-1970)*”, coordenado pela profa. dra. Eunice Sueli Nodari. Esta pesquisa favoreceu meu entendimento acerca do processo histórico de interação entre o ser humano e o meio ambiente. A partir daí constatei que a configuração sócio-espacial de Anita Garibaldi era resultado de sua ocupação por levas migratórias e pela extração vegetal ocorrida no século XX. Sendo assim, e levando em conta o atual estado de fragilidade ambiental do município, acredito que o momento é oportuno para uma revisão de sua trajetória socioambiental.

O título deste trabalho reflete sobre a atual situação do município. O trecho “verdes matas a te circundar”, que compõem a letra do hino municipal, refere-se a uma realidade de outrora, quando as matas de pinhais circundavam de forma homogênea a cidade. Atualmente ainda se podem notar algumas formações florestais de araucárias no território do município, porém, ocorrem de forma fragmentada e com forte intervenção antrópica.

A transformação da paisagem no atual município de Anita Garibaldi é perceptível, de forma mais intensa, desde a sua colonização por italianos e descendentes no início do século XX. A vontade dos colonos e demais proprietários de terras em tornar as áreas de mata agriculturáveis uniu-se ao interesse dos empresários madeireiros, ocasionando a instalação de serrarias na região - principalmente entre as décadas de 1940 e 1980. A exploração das florestas de araucárias e madeiras de lei representou uma das principais atividades econômicas da região no século XX, favorecendo a evolução política deste território e desencadeando impactos de caráter social e ambiental que justificam uma análise crítica relativa a este local e período.

A problemática da pesquisa consiste em analisar a atividade da indústria madeireira em Anita Garibaldi durante o século XX sob o viés teórico-metodológico da História Ambiental. Com base em uma pertinente revisão bibliográfica, pesquisas em acervos públicos e particulares, e a utilização de fontes como periódicos, entrevistas, fotografias e registros paroquiais, buscar-se-á compreender o período do extrativismo vegetal através de uma perspectiva histórica que possibilite a reflexão sobre este passado recente, visando a valorização da fauna e da flora remanescente.

A relevância social e científica deste trabalho justifica-se, pois o município ainda sente os impactos deste processo de extração vegetal que pouco considerou os trabalhadores em sua dignidade humana e a floresta em sua vital importância ecológica. Desta maneira, conhecer os aspectos históricos da devastação da floresta de araucárias e espécies de lei nos permite reconhecer

a necessidade de uma interação mais sustentável com a natureza, no intento de que a reflexão provoque a sua valorização e preservação.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, organizados com o objetivo de elucidar o tema pesquisado.

No *Capítulo I* faço uma breve revisão histórica, teórica e metodológica acerca da História Ambiental. O fortalecimento deste viés historiográfico insere-se no contexto dos debates ambientais da segunda metade do século XX, buscando tornar inteligível a relação histórica entre os sujeitos humanos e o ambiente físico.

No *Capítulo II* apresento os aspectos naturais, sociais e históricos do município de Anita Garibaldi. A caracterização do espaço físico, do contingente humano e as suas trajetórias através do tempo são fundamentais para o entendimento das interrelações estabelecidas com a natureza.

No *Capítulo III* disserto sobre os movimentos migratórios, a indústria madeireira e a sua economia. Nesta parte as fontes são trabalhadas a fim de se formar uma narrativa histórica que contemple o denominado *ciclo da madeira*. A história da indústria madeireira é analisada aqui através dos seus aspectos sociais, tecnológicos, logísticos, econômicos e ambientais.

No *Capítulo IV* utilizo as lembranças de alguns moradores locais para registrar as memórias de uma época. Esta época, localizada no tempo e no espaço, é justamente o período de intensa transformação e configuração sócio-espacial do território de Anita Garibaldi: o século XX. Século este iniciado com colonização por ítalo-brasileiros em 1900, passando pela extração vegetal e terminando com os debates preservacionistas.

As *Considerações Finais* deste trabalho trazem um retrospecto da história socioambiental do município, apontando as agressões ainda em curso e apresentando os debates atuais pela preservação da fauna e da flora remanescente. Algumas notas sobre a *sustentabilidade* são esboçadas.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA AMBIENTAL

Ao notarmos o agir humano no meio natural, torna-se inegável sua intrínseca relação com o ambiente circundante e a importância deste para suas ações, desde o nível econômico aos aspectos socioculturais. Sendo assim, ao renegarmos a concepção do homem como um ser "flutuante" sob o planeta - como se não fosse um animal -, reconhecemos o ser humano imerso tanto na cultura quanto na esfera terrestre.

A noção de que os elementos naturais estivessem subordinados aos seres humanos foi legitimada, em parte, pelos valores antropocêntricos da doutrina judaico-cristã. Clive Ponting, escritor de *Uma História Verde do Mundo*, atribuiu aos valores cristãos e judaicos a concepção de um mundo natural subserviente a humanidade:

Os pensadores cristãos antigos e medievais aceitaram, quase que sem dúvidas, a visão herdada da literatura judaica de que Deus dera aos seres humanos o direito de explorar as plantas, os animais e o mundo inteiro para seu benefício. A natureza não é vista como sagrada, estando portanto aberta à exploração pelos seres humanos, sem quaisquer remorsos de ordem moral – na realidade, os seres humanos têm o direito de usá-la como melhor lhes aprouver. Deus está representado tipicamente como acima e separado do mundo, e o que importa, acima de tudo, é o relacionamento do indivíduo com Deus e não com o mundo natural. (PONTING, 1995, p. 241).

Em contraposição a esta narrativa, Keith Thomas resgatou o materialismo dialético de Karl Marx ao afirmar que “não foi a religião, mas o

surgimento da propriedade privada e da economia monetária que conduziu os cristãos a explorarem o mundo natural”.. (THOMAS, 2001, p. 29).

José Augusto Pádua, em sua obra *Um Sopro de Destruição*, analisa autores que produziram textos abordando a natureza nos séculos XVIII e XIX. De acordo com Pádua, no Brasil escravista já havia uma incipiente crítica ambiental. O autor observou que de certo modo o país estava produzindo debates sobre as questões ambientais. Entretanto, neste período não havia uma relevante crítica em relação à preservação da natureza, pois os autores, em sua maioria, estavam apenas preocupados em otimizar os lucros fazendo o melhor uso possível dos recursos naturais.

Alguns historiadores afirmam que as discussões ambientais na área da História surgiram a partir de 1929 com a *Escola dos Annales*, porém, devemos notar que este movimento historiográfico pretendeu fomentar a interdisciplinaridade, e não a criação de um novo viés historiográfico denominado História Ambiental. A afirmação de Lucien Febvre confirma este intento pluridisciplinar, sugerindo aos “historiadores [que] sejam geógrafos, juristas, sociólogos e psicólogos”. (BURKE, 1997, p. 12).

Na obra *O que é ecologia?* os autores Antônio Lago e José Augusto Pádua afirmam que as primeiras concepções de ecologia apareceram no Brasil na década de 1970 junto com o movimento hippie, o feminismo, os grupos espirituais, e as lutas políticas pela transformação social. Nesta mesma época a ecologia entrou nos debates acadêmicos do país. Atualmente a ecologia é considerada um ramo da biologia que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ambiente, analisando as recíprocas influências. O especialista em ecologia é chamado de *ecólogo*, sendo o *ambientalismo* o movimento ou ação pela defesa e preservação do meio ambiente. As discussões em torno das ameaças ao meio ambiente chamaram a atenção da necessidade do estudo historiográfico ambiental. Neste contexto diversos campos do conhecimento

iniciaram ou intensificaram as análises sobre o meio ambiente, ocasionando na história o surgimento de um viés socioambiental.

A ideia de uma história de caráter ambiental começou a surgir na década de 1970, em meio aos debates e conferências sobre a crise global e o crescimento do movimento ambientalista em vários países. Os estudos através da História Ambiental nos apresentam vários saberes sobre o ambiente como fator ativo, visto que as pessoas organizam e reorganizam suas vidas relacionando-se com o meio natural. Por uma explicação objetiva do intento da História Ambiental, Donald Worster afirma que:

O seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados. (WORSTER, 1991, p. 199-200).

Através da metodologia da História Ambiental buscamos o conhecimento da relação entre a cultura humana e o ambiente físico, utilizando teóricos e fontes que elucidem tal processo em suas peculiaridades e desdobramentos.

Segundo Simon Schama, estamos habituados a classificar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, mas na verdade eles são inseparáveis. O ato de identificar e significar um ambiente pressupõe a presença humana e o uso de sua bagagem cultural. (SCHAMA, 1996, p. 17-20). Desta forma, a paisagem só pode existir por causa da ocupação humana e a sua significação ao ambiente.

Também, como nos é sugerido pelos teóricos da História Ambiental, e bem fez Alfred Crosby com relação aos conhecimentos biológicos em seu livro *Imperialismo Ecológico*, associamos conhecimentos de diversas áreas do saber na execução da pesquisa. Trabalhamos com produções do campo geográfico e

biólogo para uma melhor compreensão do território e do bioma abrangido pela pesquisa, sendo a obra *Geografia do Brasil*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), interessante no fornecimento de dados sobre a vegetação do Sul do país. Afinal, quanto ao recorte utilizado em uma análise histórico-ambiental, José Augusto Drummond aponta que:

Por vezes se dá um recorte cultural ou político à região estudada, mas sem esquecer as suas particularidades físicas e ecológicas: um parque nacional, a área de influência de uma obra (ferrovia, projetos de irrigação, represas etc.), as terras de povos nativos invadidas por imigrantes europeus etc. (DRUMMOND, 1991, p. 181).

A obra *A ferro e fogo* de Warren Dean destaca-se na análise histórica e ambiental do bioma Mata Atlântica. Segundo Dean, a ganância vem sobressaindo à necessidade da derrubada das árvores no Brasil, e o desmatamento só vem se agravando e colocando a Mata Atlântica em risco.

A historiadora Eunice Nodari, em sua obra *Etnicidades renegociadas*, investigou o processo histórico da construção sociocultural no Oeste de Santa Catarina, a partir da chegada dos migrantes teuto e ítalo-brasileiros oriundos do Rio Grande do Sul, entre 1917 e 1954. A devastação da floresta e a preocupação com a história ambiental não consistiram o foco do estudo, porém, em sua pesquisa a historiadora constata que a floresta era utilizada como propaganda pelas companhias colonizadoras para atrair migrantes, e que a natureza era vista de forma subserviente, estando esta simplesmente disponível à exploração como forma de gerar lucros para os proprietários das colonizadoras, para os madeireiros e para os próprios colonos.

Desde 2001 Nodari trabalha com temas relacionados a temática florestal, contribuindo para o entendimento da interação socioambiental e, mais ainda, possibilitando uma pesquisa sempre atualizada e relevante sobre o tema. Os trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Imigração, Migração e História

Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LABIMHA – UFSC), do qual fiz parte enquanto bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante a graduação, são produções relevantes ao tema pesquisado. Cito as dissertações de mestrado de Susana Cesco, *Desmatamento e Imigração no Alto Vale do Rio do Peixe*, e de Samira Peruchi Moretto, *Remontando a floresta*. A dissertação de Miguel Mundstock Xavier de Carvalho *O desmatamento de florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu* e sua tese de doutorado, *Uma grande empresa em meio à floresta*, juntamente com a tese de Marlon Brandt *Uma história dos campos do planalto de Santa Catarina* e os demais trabalhos do grupo fornecem importantes análises históricas acerca dos desdobramentos históricos e socioambientais no Estado de Santa Catarina.

Podemos analisar a importância atribuída à Natureza sob a perspectiva de que: quanto mais próxima ela estiver do sujeito, mais temida e desprezada é; e, quanto mais escassa e distante ela estiver, mais amada e admirada se torna. Ao historiador cabe investigar o processo de exploração aplicado à floresta em determinados momentos da história, sendo que o momento atual carece de um estudo sistemático acerca das causas e consequências desta relação estabelecida entre o homem e o ambiente. É competência do historiador localizar e utilizar de maneira sistemática as fontes que até então, por vezes, foram esquecidas ou negligenciadas por pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Afinal, concerne a pesquisa histórico-ambiental analisar tais fontes, que por certo fornecem entendimentos valiosos quanto à interação entre o homem e o meio circundante.

No século XX, assim como foi desde tempos remotos, o progresso era relacionado com a derrubada das matas, propiciando o avanço da civilização nos sertões. Desta forma, para a mentalidade da população do século XX – ou quiçá ainda hoje – o progresso significava também dominar a natureza, utilizando-a conforme suas necessidades, pois acreditava-se que somente com a

dominação da fauna e da flora o homem se libertaria da escassez, da necessidade e das arbitrariedades que o mundo natural impõe.

A importância do estudo sobre o desmatamento justifica-se, pois os resquícios de formações vegetais encontram-se ameaçados de extinção e sem infraestrutura suficiente para sua recomposição. Conforme Samira Peruchi Moretto, que analisou o processo histórico da extração das araucárias e a implementação de árvores exóticas na serra catarinense, “na década de 1960, mesmo depois de averiguada que a *FOM* fora desmatada em grande escala, as medidas tomadas foram para manutenção do setor madeireiro e não para a recuperação da floresta.” (MORETTO, 2010, p. 69). Nota-se ainda que este frágil bioma não apenas sofreu com o desmatamento do século XX, mas continua a sofrer intervenções humanas com o corte ilegal de árvores e a transformação de suas paisagens em florestas de pinus e eucaliptos.

Para o município de Anita Garibaldi, assim como para as regiões da serra, meio-oeste e oeste de Santa Catarina, a indústria madeireira foi um importante gerador e acumulador de capital. Por vezes, como no caso em estudo, possibilitou a própria formação e desenvolvimento de um local, atraindo migrantes e dinamizando a economia. Devemos observar que, apesar da grande mobilização e utilização de recursos ambientais e humanos na indústria madeireira, coexistiram no mesmo período diversas atividades, tanto de circulação de bens como de prestação de serviços. Por isso, a compreensão deste período como um “ciclo” precisa ser relativizada.

Na História Ambiental a própria paisagem representa um documento histórico carregado de informações. A afirmação de Marc Bloch é pertinente ao dizer que “a observação e a análise da paisagem de hoje, é necessária para ver melhor o passado”. (BLOCH, 2011, p. 67). Locais onde antes os pinheirais cobriam a terra, atualmente observamos lavouras e pastagens com algumas poucas araucárias esparsas. São lembranças solitárias de uma vegetação densa,

que cedeu lugar – de modo forçado – ao interesse da civilização, ou da ganância humana.

Neste trabalho apresento uma narrativa histórica sobre a indústria madeireira em Anita Garibaldi (SC) no século XX, produzida segundo os meios teóricos e metodológicos da História Ambiental. Neste sentido, Haruf Salmen Espindola afirma que “a história ambiental constrói narrativas para ordenar o passado e a relação sociedade/natureza, que, em si, são realidades misturadas e desordenadas, ou ainda, sem unidade e sentido ‘dados’”. (ESPÍNDOLA in NODARI & KLUG, 2012, p. 168).

Conferir sentido à relação entre homem e natureza é uma das premissas desta pesquisa, afinal, produzir uma narrativa acerca dos fatos e sujeitos envolvidos no processo de exploração vegetal significa também torná-los passíveis de crítica histórica. Pois, contrariando a concepção de que os recursos naturais estão apenas à disposição da humanidade, entende-se que a natureza não é um objeto inerte, mas sim um ambiente dinâmico do qual o ser humano faz parte.

CAPÍTULO II

ANITA GARIBALDI: ASPECTOS NATURAIS, SOCIAIS E HISTÓRICOS

2.1 Características do Município

O município de Anita Garibaldi localiza-se no Planalto Serrano do Estado de Santa Catarina. A partir de 1961, com sua emancipação da jurisdição de Lages, passou a contar com uma área de 835,5 km² e, em 1989, com a criação do município de Celso Ramos, sua área ficou em 587,7 km². Seus limites territoriais são: ao Norte, os municípios de Abdon Batista e Campos Novos; ao Sul, o Estado do Rio Grande do Sul; a Leste, o município de Cerro Negro; e, a Oeste, o município de Celso Ramos.

Mapa 01 - Município de Anita Garibaldi e entorno geopolítico.



Fonte: IBGE, 2007.

O clima do município de Anita Garibaldi classifica-se como *subtropical úmido* (classificação climática de Köppen-Geiger), com verões frescos e invernos frios, sem estação de seca. Porém, conforme um levantamento histórico-ambiental recente, constata-se que o município está inserido em uma área onde as estiagens são sazonais, isto é, ocorrem em determinada época do ano com variações de intensidade, sobretudo no verão. (HERRMANN, 2014, p. 136-137). A temperatura média anual é de 15,6 °C. Por razão de sua altitude, cuja média é de 911 metros acima do nível do mar, com pontos de até 1070 metros de elevação, acontecem outonos e invernos com geadas significativas e, por vezes, ocorrência de neve. O período de ocorrência de geadas é entre os meses de abril a outubro, com maior frequência nos meses de junho e julho. A neve ocorre raramente, em média 03 dias por ano. No verão podem ocorrer dias de intenso calor, mas as noites costumam ser amenas.

Figura 01 - Nevasca em Anita Garibaldi, agosto de 1965.



Acervo: Escola de Educação Básica Padre Antônio Vieira. Anita Garibaldi, SC.

A média de precipitação pluvial está em aproximadamente 1650 mm por ano, distribuídos de forma mais ou menos regular, ocorrendo as variações de 1206 mm em 1945 e 2523 mm em 1983. O ar apresenta umidade relativa entre 75 e 85%. A insolação média anual é de 6,5 horas de sol ao dia. Em condições normais, o vento é inferior a 11,2 km/h.

O relevo é constituído por um planalto de superfícies planas, onduladas e montanhosas, de formação basáltica cujo solo possui baixa e média fertilidade. Em algumas extensões, por causa da presença de lajes de pedra, o solo é de pouca profundidade e, por isso, de baixa fertilidade. O município é banhado pelas bacias dos rios Canoas (ao Norte) e Pelotas (ao Sul). Devido a localização entre dois rios e a presença de diversos lajeados em seu território, os vales e encostas são bastante acidentados e até íngremes. O mapa 02 destaca a localização de Anita Garibaldi no relevo dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Mapa 02 - Relevo dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



Fonte: Jornal Zero Hora. Porto Alegre, s.d.

Assim como a maior parte do Planalto Meridional Brasileiro, a região de Anita Garibaldi possui coberturas vegetais que fazem parte da *Floresta Ombrófila Mista* (FOM) e da *Floresta Estacional Decidual* (FED). A denominação *Floresta Ombrófila Mista* refere-se à regularidade pluviométrica dos locais onde a vegetação ocorre (do grego, *ombrófilo* = “amigo da chuva”) e pela coexistência de espécies vegetais de *angiospermas* e de *coníferas*, sendo, então, uma floresta de composição mista. A denominação *Floresta Estacional Decidual* significa que as espécies vegetais passam por estações definidas de frio e calor (estacionalidade climática), ocasionando a perda de cerca de 50% das folhas (deciduidade). Estas florestas fazem parte do bioma *Mata Atlântica*, ocorrendo normalmente em altitudes elevadas, afastadas das influências marítimas e com chuvas distribuídas durante o ano todo. (IBGE, 1991, p. 13).

A *Floresta Ombrófila Mista* (FOM) é caracterizada por ser um conjunto vegetacional com fisionomias peculiares, recebendo diversas denominações: floresta de pinheiros, pinheirais, pinhais, mata de araucária, entre outras. Classifica-se como uma vegetação intertropical, fazendo parte das formações florestais da Mata Atlântica. (LEITE & KLEIN in IBGE, 1990, p. 121). A primitiva espécie *Araucaria angustifolia* destaca-se nesta vegetação. Em Anita Garibaldi, a maior parte da FOM está localizada na parte central do município, ao norte do rio Pelotas. Além da sua formação original em densas florestas – atualmente quase inexistentes -, as araucárias também ocorrem em meio ao estrato graminoso dos campos ou savanas, sendo indivíduos isolados, esparsos ou agrupados em capões.

A *Floresta Estacional Decidual* (FED) ocorre principalmente nas margens dos rios e seus afluentes, em altitudes entre 500 e 650 metros. Originalmente esta floresta é constituída por dois estratos arbóreos distintos: um alto, chamado emergente, com altura variando de 25 a 30 metros; e outro

mais baixo, chamado dominado, de altura não superior a 20 metros. Entre as espécies presentes na camada emergente destacam-se a grápia, o angico, a canela-loura, o cedro, a timbaúva e o louro. Na camada dominada ocorre a canela-preta, a canela-amarela, a canela-guaicá e a guajuvira. Estes estratos coexistem com arbustos e arvoretas de espécies como o catiguá-vermelho, a laranjeira-do-mato, o cincho, a pimenteira e a grandiúva.

Anita Garibaldi possui cerca de 12,6% de seu território coberto por matas naturais. Conforme o Relatório da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) em 2005:

A maior parte das áreas ocupadas com matas naturais refere-se a matas nativas secundárias e capoeirões. Grande parte das margens dos rios estão desprotegidas, sem cobertura vegetal, o que agrava o problema da erosão e assoreamento. (EPAGRI, 2005).

O território do município tem seu solo ocupado por áreas urbanas, áreas agropastoris, matas nativas, silvicultura e água, conforme podemos observar no mapa 03. Segundo o Censo Agropecuário realizado em 1995/1996, as pastagens cultivadas ou nativas representam 57,5% da área total do município, enquanto as lavouras temporárias ou permanentes ocupam 11,2%, as matas nativas 12,6% e os reflorestamentos 2,02%. As áreas urbanas ocupam a menor dimensão no território, pois, com exceção do perímetro urbano, não existem aglomerados de habitações no interior com expressividade que possam ser representados na escala utilizada no mapa.

Todo o território do município passou por drásticas alterações fitogeográficas ao longo do tempo, devido às inúmeras interferências naturais e humanas que sofreu. Atualmente a maior parte da vegetação florestal é constituída por matas secundárias em diversos estágios de regeneração. Os principais conflitos no uso do solo aparecem junto aos cursos d'água e

[illegible]

As propriedades rurais têm áreas geralmente inferiores a 100 hectares, utilizando-se predominantemente de mão-de-obra familiar. A maior parte da terra é utilizada com pastagens nativas ou cultivadas. A bovinocultura extensiva é predominante, coexistindo em algumas propriedades com a criação de vacas de leite e ovelhas. As principais culturas temporárias são o milho e o feijão, mas também são cultivadas a cebola, a batata inglesa, o alho, o fumo e o trigo. O milho e o feijão são utilizados para o consumo próprio e seus excedentes são vendidos, sendo que o milho também serve de ração para a criação de animais de subsistência, como galinhas e porcos.

A população municipal, segundo o Censo de 2010 do IBGE é de 8623 habitantes, sendo que, com base em previsões, a população deverá diminuir. Deste total de 8623 habitantes, 4551 (52%) vivem na área urbana e 4072 (48%) na área rural, sendo 4340 homens e 4283 mulheres. Conforme a tabela 01, elaborada com base nos dados do IBGE, nota-se que a evolução populacional de Anita Garibaldi apresenta uma taxa de crescimento negativa e, junto a isto, um acentuado êxodo rural. Dentre os fatores que contribuíram para esse decréscimo demográfico destaca-se a migração ocasionada pelo fim das atividades madeireiras, e, atualmente, a saída dos jovens para centros urbanos maiores, buscando emprego e/ou estudo.

Tabela 01 - População municipal de Anita Garibaldi, 1970 – 2010.

ANO POPULAÇÃO	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	3033	3456	3477	4163	4551
Rural	15453	12345	7544	6069	4072
TOTAL	18486	15801	11021	10232	8623

Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Obs.: os dados de 1970 e 1980 incluem o município de Celso Ramos, SC.

Através dos dados de longevidade, educação e renda são calculados os *Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios* (IDHM). O objetivo da publicação destes índices é instrumentalizar a sociedade, para que, por meio do conhecimento de suas realidades, possam fortalecer as capacidades locais e aprimorar a gestão pública. Apesar de demonstrar uma evolução crescente, conforme a tabela 02 apresenta, os índices obtidos pelo município de Anita Garibaldi estão abaixo da atual média estadual (0,774) e nacional (0,730).

Tabela 02 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Anita Garibaldi, 1991 - 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Anita Garibaldi	0,396	0,544	0,688

Fonte: PNUD, 2013.

A região do planalto serrano de Santa Catarina possui uma alta proporção populacional com renda per capita que não passa de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo a região do Estado com a maior proporção de baixa renda em relação ao total de habitantes (43,3%). Em Anita Garibaldi cerca de 13% das famílias estão na faixa de pobreza extrema, representando um total de 811 famílias que recebem o auxílio do *Bolsa Família*. Ou seja, a pobreza é uma triste realidade do município.

Figura 02 - Vista parcial do centro da cidade. Anita Garibaldi, 01 de julho de 2014.

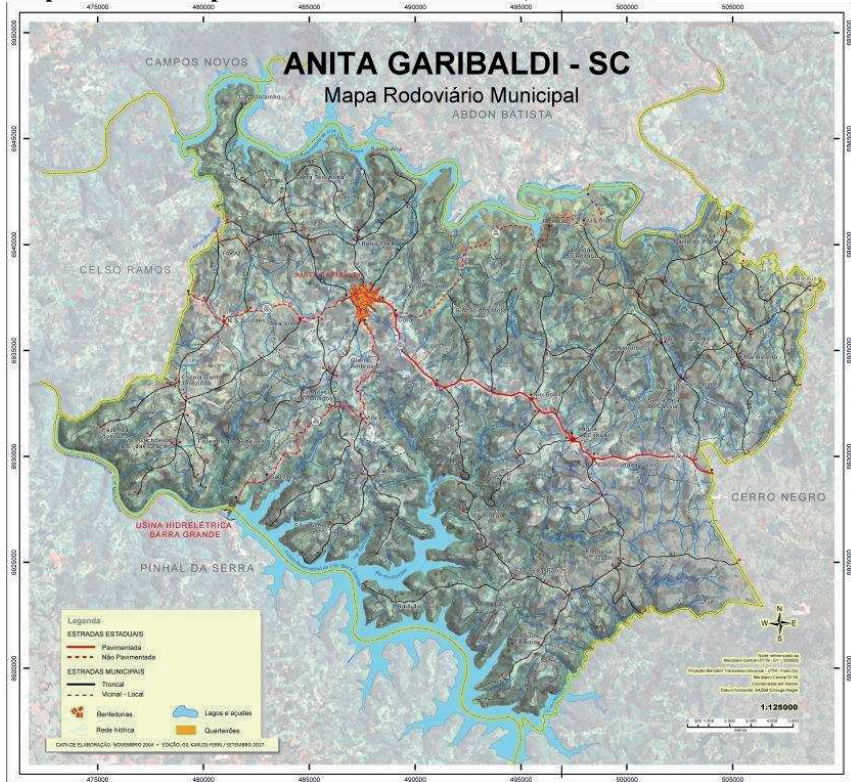


Acervo do autor.

Os aspectos apresentados nesta caracterização do município servem para traçar seu perfil geográfico, social e econômico, importantes para o entendimento histórico de seu desenvolvimento, notadamente sua vocação

vegetal-extrativista durante o século XX. No mapa 04, com a cartografia rodoviária do território do município, onde aparecem as localidades recorrentemente citadas neste trabalho.

Mapa 04 - Município de Anita Garibaldi - SC, 2004/2017.



Acervo: BAESA - Energética Barra Grande S.A.

2.2 Histórico do Município

Os primeiros habitantes do território que atualmente compreende o município de Anita Garibaldi, conforme pesquisas arqueológicas, foram os grupos indígenas que ocuparam o Planalto Sul Brasileiro. Os estudos

arqueológicos indicam que a região entre os rios Canoas e Pelotas era um atrativo para os silvícolas, pois encontravam abundância de recursos alimentares para a sobrevivência, tais como animais mamíferos e aves, frutas silvestres e, no outono, os pinhões das araucárias.

As araucárias influenciaram a organização espacial, social e política dos antigos indígenas do tronco linguístico *Jê*, que no século XIX foram denominados de *Kaingangs*. Os conflitos pela disputa de áreas com araucárias no Planalto Sul Brasileiro demonstram a ampla dimensão espacial utilizada pelos indígenas no manejo do território, e revelam a importância das araucárias na organização socioambiental destas populações humanas.

É certo que o território de Anita Garibaldi, devido a vasta floresta de araucárias e abundância de animais que possuía no passado, foi local de habitação e/ou de migração para os indígenas. Sendo assim, mesmo que esporadicamente ou de maneira esparsa, o ambiente já sofria intervenções antrópicas desde que os nativos ameríndios começaram a percorrer as matas há alguns milênios passados.

A relação entre os indígenas e o ambiente circundante era intensa, pois a sua sobrevivência dependia das fontes energéticas contidas em alimentos da fauna e da flora existente. Porém, apesar desta forte interdependência, os seres humanos nativos do território sul brasileiro, quando comparados aos imigrantes europeus, pouco modificaram o meio ambiente em que viviam. Tal fato explica-se por fatores como a peculiaridade da cultura autóctone em se relacionar com a natureza, a produção de alimentos voltada sobretudo para a subsistência, o uso de tecnologias de pouco impacto ambiental e a distribuição da população esparsa pelo território em pequenos e médios grupos.

Assim como em outras regiões do Brasil, também no território entre os rios Canoas e Pelotas os grupos indígenas foram gradativamente expulsos ou exterminados. Um ofício de 1855 revela a presença indígena no denominado

“Quartelirão dos Baguais”, em decorrência da chegada de um grupo de índios *Coroados* vindos do Rio Grande do Sul para a vila do Distrito de Campo Belo:

[...] Recebi a participação do Inspector do *Quartelirão dos Baguaes* de que huma porção de Indios *Coroados* que se achavão aldeados no Município da Vacaria, passarão o Rio de Pelotas no dia 16 do corrente, encaminharão-se para esta Villa, onde entrarão antes de hontem a tarde em numero de 100 mais ou menos, com mulheres e muitas crianças capitaneados pelo cacique Doble. [...] Não estávamos aqui preparados para tão desagradável visita, e não há remedio senão sustenta-los em quanto não se achar meios para afasta-los da Villa. [...]. (OFÍCIO, 1855, p. 24-25).

O estabelecimento deste grupo indígena no local, relatado ao presidente da Província pelo delegado de Lages, indica a situação de desenraizamento vivenciada pelos índios *Coroados* e *Botocudos* que viviam no planalto serrano. Esta situação era muito comum no século XIX, principalmente entre os indígenas que possuíam contato mais frequente com a população luso-brasileira e de imigrantes colonizadores.

Recentemente, cumprindo a Lei Federal n. 3.924 de 1961 que protege os monumentos de relevância arqueológica e pré-histórica, as empresas hidroelétricas contrataram pesquisas arqueológicas e antropológicas para compensar os impactos sociais e ambientais provocados por seus empreendimentos. As escavações foram importantes não apenas para localizar e datar os vestígios da ocupação humana neste território, mas também para elucidar questões acerca dos deslocamentos, da organização social e das relações de interdependência entre os indígenas e o ambiente circundante.

Pesquisadores relatam que no século XVIII, com a passagem de tropas de gado bovino vindas do Rio Grande do Sul, periodicamente transportado para São Paulo, a região serrana serviu para o descanso dos tropeiros e para a inverno das tropas. De acordo com as pesquisas realizadas pelo escritor

Graciano Martello, por volta do início do século XIX a região onde atualmente está localizado o município de Anita Garibaldi registrava a passagem de paulistas e gaúchos pelo denominado território de *Entre Rios*. A partir de 1825 os tropeiros do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo utilizavam o local onde atualmente se encontra a Praça Paulino Granzotto para paradas e sesteadas em suas viagens. Nestas ocasiões, além do comércio de mercadorias transportadas, ocorriam trocas e compras de animais de cavalaria com os fazendeiros *José Maria Antunes Ramos* e *Manoel Ribeiro* - tido como o primeiro morador local -, que detinham grande criação de equinos. Por esse motivo o local ficou conhecido como “*Rincão dos Baguais*”. Portanto, através da utilização do local como passagem e parada que a região passou a ser ocupada por fazendeiros, que se estabeleceram na área com seus serviços dedicando-se a criação de animais. Apesar da existência de algumas fazendas, a região entre os rios Canoas e Pelotas não possibilitava a instalação de grandes latifúndios com expressiva criação de gado, devido a sua vegetação densa – notadamente de pinhais – e seu relevo acidentado.

O quadro sócio-étnico da região até o final do século XIX foi composto por indígenas, estancieiros de origem luso-brasileira, possíveis escravos e caboclos. No planalto serrano o caboclo é o resultado da miscigenação entre os índios *Guaranis* e *Kaingangs* com indivíduos brancos, provenientes de São Paulo e São Vicente na época das entradas dos bandeirantes. Acrescenta-se a sua composição étnica a presença dos açorianos do litoral, dos tropeiros gaúchos, paulistas e mineiros que paravam nos pousos ao longo dos caminhos das tropas, e dos afro-brasileiros trazidos por fazendeiros para executarem as tarefas domésticas nas fazendas. Em alguns casos, eram sujeitos que viviam vagando, sem domicílio fixo, podendo ser antigos peões ou índios que fugiam constantemente, penetrando nas matas em busca de alternativas de sobrevivência. Muitos caboclos estabeleceram-se em terrenos como posseiros, pois tinham a concepção de que a fixação de uma moradia e o trabalho gerava

propriedade sobre a terra e seus frutos. O seu ritmo de vida era ditado pelo tempo natural e não pelo tempo racional. Com isso, foram criados em torno da figura do caboclo os estigmas de vadio, violento, atrasado, relaxado e desconfiado.

Neste período, anterior a colonização iniciada no limiar do século XX, a destruição da floresta era relativamente pequena porque a agricultura era itinerante, isto é, devido aos deslocamentos das populações silvícolas e caboclas havia a rotatividade das áreas de cultivo, possibilitando ao solo a sua recomposição. Outro fator que contribuía para o manutenção da floresta era o conhecimento que estes grupos humanos tinham ao praticar a derrubada das árvores, utilizando-se de técnicas que, notado o anacronismo da expressão, poderíamos chamar de *sustentáveis*. A economia de subsistência dos caboclos, onde as derrubadas eram realizadas apenas em caso de necessidade, garantiu que as florestas não fossem exploradas de forma intensiva. O uso moderado dos recursos naturais, característica dos antigos habitantes da região, modificou-se com a colonização efetuada por imigrantes de origem européia, para os quais os recursos naturais foram transformados em capital através da venda da madeira e do cultivo da terra.

A descrição do interior do Estado, efetuada pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos em seu relatório ao Congresso Representativo do Estado em 1911, revela o entusiasmo governamental com as potenciais riquezas da região: as florestas para a extração vegetal e o solo para a agricultura.

A grande zona do Estado, situada além da Serra do Mar, constitui a vasta bacia dos rios Uruguai e Iguaçu, formada de extensos e belíssimos campos nativos orlados nas vizinhanças dos principais cursos de água, de vastas e ricas florestas de preciosas madeiras e férteis solos. (SANTA CATARINA, 1911, p. 50).

A região do planalto foi vista pelo governo e por autores como Viera da Rosa e José Boiteux como uma região estratégica, pela possibilidade da

exploração de seus recursos naturais e por possuir características que se diferiam do litoral do Estado. A temperatura amena poderia proporcionar o cultivo de espécies frutíferas de clima temperado, como a uva e a maçã. O trigo, o fumo, o feijão, e o milho eram outros exemplos de culturas que poderiam se desenvolver no solo do planalto. Em 1908 José Boiteux destacava a importância das florestas da região, ricas em madeira, e o relevo de vertentes íngremes dos rios da bacia do Uruguai e do Pelotas, pela possibilidade de se instalarem usinas hidrelétricas no futuro. Em matéria publicada no jornal *Região Serrana* em 15 de agosto de 1897, a região entre os rios Canoas e Pelotas é descrita como uma área onde:

A vegetação é opulentíssima; o solo de uma fertilidade sem par produz todos os produtos agrícolas, tanto de serra acima como do litoral, inclusive a mandioca e a cana; a sua população é relativamente densa e notadamente por famílias que nunca viram à nossa cidade, nem mesmo à sede do seu distrito de Campo Belo. (REGIÃO SERRANA, 1897).

Nota-se na matéria que no final do século XIX a região era habitada por posseiros brasileiros que tinham uma ocupação rural, provavelmente dedicando-se a agricultura de subsistência e a criação de animais. Outro fato que chama a atenção é o isolamento que os habitantes da região viviam, explicado tanto pelo contexto físico em que estavam inseridos – com acidentes geográficos e densas florestas, como pelo desinteresse destes habitantes por outras questões que não fossem a sua sobrevivência rural.

O potencial econômico do interior do Estado somou-se a necessidade governamental em firmar domínio sobre a região através da sua ocupação. Afinal, após a questão do *Contestado* e o reconhecimento oficial da região para Santa Catarina, era necessária a sua inserção ao território estadual por meio de sua povoação e aproveitamento econômico.

A questão imigratória permeou diversos debates no Brasil Imperial, pois era do interesse do governo monárquico e das províncias que o país tivesse mão-de-obra disponível e colonos para afetiva ocupação das terras pouco povoadas e/ou produtivas. Os estados sulinos, ainda com grandes áreas pouco povoadas, dedicavam especial atenção as questões imigratória, objetivando a vinda de colonos para estas regiões. No século XIX, e no início do século XX, defendia-se a teoria de que o elemento branco europeu era o mais adequado para colonizar o Brasil em virtude de sua laboriosidade, cultura e valores morais. Pensava-se na produtividade e no lucro dos colonos. Assim, o interesse do governo de Santa Catarina atrelou-se a teoria em voga no período, de que a imigração de europeus – ou seus descendentes – traria o progresso para a província, tanto na questão econômica como no aspecto cultural. Corroborando ao caso, Vidal Ramos, enquanto vice-governador, em mensagem ao Congresso Representativo do Estado no ano de 1905 afirmava que:

Só pelo povoamento rápido o Brasil pode conquistar o lugar que merece no concerto das grandes Nações. [...] Aqui mesmo [no Estado de Santa Catarina] temos a prova das vantagens da introdução de braços [europeus] para a exploração das riquezas das nossas terras. Sem isso, ainda hoje, muito pequeno seria o progresso do Estado. (SANTA CATARINA, 1905, p. 14-15).

Segundo o historiador Valberto Dirksen, a ocupação sistemática de Anita Garibaldi foi idealizada no final do século XIX, quando o capitão *José Maria Antunes Ramos*¹ resolveu fundar uma colônia em terras de sua propriedade, dividindo uma de suas fazendas em lotes de 30 hectares cada um. Desta forma,

¹ José Maria Antunes Ramos nasceu em Lages no dia 05 de maio de 1864 e faleceu em Rio do Sul no dia 03 de agosto de 1927, vítima de um acidente de carro. Era filho de José Antunes Lima e de Maria Gertrudes de Moura Ramos Lima. Foi casado com Ana (Nicota) Ribas Antunes. Junto com seu pai atuou com o posto de capitão durante a Revolução Federalista (1892 – 1894), escrevendo inclusive para a imprensa de Lages. Filiado ao Partido Conservador, foi deputado na Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pela 26ª legislatura (1886 – 1887). Além da fazenda entre os rios Canoas e Pelotas, onde hoje se encontra o município de Anita Garibaldi, o capitão também possuía fazendas no interior de São Paulo e no interior do município de Lages (Fazenda Pavão). No ano de 1900 introduziu as raças *Holandesa* e *Simenthal* na pecuária da região. Fonte: PIAZZA, 1985, p. 643.

fica evidente que o fundador de Anita Garibaldi foi este político e latifundiário do planalto serrano. Os lotes foram vendidos a imigrantes e migrantes de origem italiana vindos das colônias já consolidadas do Rio Grande do Sul. Em 10 de junho de 1899, o periódico *Região Serrana* publicou a seguinte notícia sobre a colônia:

Sabemos que firmaram contrato os srs. engenheiros *Rodolpho Sabatini* e *José Maria Antunes Ramos*, sobre demarcação e divisão de lotes coloniais de 30 hectares cada um, nos matos das costas dos rios Pelotas e Canoas, no distrito de Campo Belo, neste município. Começarão os trabalhos técnicos no dia 1º de setembro próximo. Mais de 50 famílias de nacionalidade italiana já requereram compra nos terrenos da colônia, que intitular-se-á *Colônia Garibaldi*. (REGIÃO SERRANA, 1899).

Nesta notícia fica evidente que a escolha do nome “*Garibaldi*” – logo depois “*Anita Garibaldi*” – foi uma escolha dos empreendedores: capitão *José Maria Antunes Ramos* (proprietário das terras) e engenheiro *Rodolpho Sabatini* (agrimensor). Muito provavelmente a escolha do nome se deu pela simpatia que os italianos tinham pela figura histórica de *Giuseppe Garibaldi*, e/ou, a crescente importância de *Anita* enquanto heroína no Brasil e na Itália; assim sendo, estes nomes funcionariam como atrativos para que as famílias de origem italiana migrassem para a recém demarcada colônia.

O mapa da Colônia Anita Garibaldi (mapa 05) aponta que os 41.160.718 m² das terras destinadas a colonização foram divididas em 105 lotes demarcados, com área média de 30 hectares cada. Além desta área demarcada, no mapa consta que ao Sul da colônia haveriam mais terras para a colonização, estas também pertencentes aos capitão José Maria Antunes Ramos.

Mapa 05 - Planta da Colônia Anita Garibaldi, ± 1899.



Planta P-512. Acervo: APESC. Florianópolis, SC.

As novas terras do meio oeste e oeste catarinense absorveram o grande excedente populacional das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Assim, enquanto eram ocupadas as terras em Santa Catarina, se aliviava a pressão demográfica nas colônias daquele Estado, fomentando o lucro das empresas com as vendas de lotes.

Seguindo este padrão, no ano de 1900 tem-se a formação da colônia que mais tarde seria o município de Anita Garibaldi, com famílias italianas e ítalo-brasileiras provenientes do Rio Grande do Sul. Sobre a instalação da colônia e a captação de colonos, o jornal *Região Serrana* publicou em 09 de novembro de 1900 que:

Instalou-se no dia 29 de agosto findo, no distrito de Campo Belo, a *Colônia Anita Garibaldi*, da qual é fundador o sr. Capitão *José Maria Antunes* e diretor o sr. engenheiro *Rodolpho Sabatini*. O ato de instalação realizou-se com a presença de dezenove famílias que imediatamente apossaram-se de seus respectivos lotes coloniais. Brevemente instalar-se-ão mais dezessete. No objetivo de realizar até o fim do ano a inauguração definitiva do núcleo, seguirá em viagem para as colônias rio-grandenses, o sr. diretor que irá tratar de conseguir o maior número possível de colonos. (REGIÃO SERRANA, 1900).

A vegetação da região entre os rios Canoas e Pelotas era densa, sendo a grande maioria do território coberto por uma ampla floresta de araucárias. O trabalho de abrir picadas e estradas rústicas para a colonização foi árduo e demorado. Contudo, a colonização foi realizada com famílias italianas e ítalo-brasileiras, já sediadas no país e com experiência e conhecimento nos trabalhos de arroteamento, agricultura e criação de animais em terras recém-adquiridas. Os primeiros anos da colonização, por certo, foram marcados pelo trabalho de derrubada da vegetação existente para ocupar a terra com o cultivo agrícola. Além disso, os colonos necessitavam de moradias e benfeitorias nas propriedades, o que exigiu o empenho destes na construção. Ou seja, desde que

chegaram na nova colônia os imigrantes e seus descendentes estabeleceram relações de interdependência com a natureza existente, utilizando seus recursos para diversos fins. Em tom saudosista, os escritores Augusto Waldrigues e Graciano Martello destacam os benefícios e avanços progressistas que os imigrantes e seus descendentes trouxeram para a região colonizada:

Perfeitamente integrados ao clima, ao solo, a vida e à luta de todos os dias, vivendo e trabalhando numa região do universo muito semelhante à sua geografia natal, os imigrantes italianos, bem como os seus descendentes que se radicaram na região sertaneja, foram os verdadeiros e autênticos arautos do progresso, da evolução, da grandeza e do desenvolvimento do atual município de Anita Garibaldi. (WALDRIGUES & MARTELLO, 1996, p. 94).

Ainda de acordo com os escritores supracitados, em seguida temos a transcrição de um trecho do livro “*História de Anita Garibaldi*”, onde os autores apresentam sua interpretação sobre o impacto cultural que a chegada dos imigrantes italianos causou perante os caboclos nativos daquele sertão.

Desde a chegada dos primeiros colonos italianos e seus descendentes em pleno coração da floresta embastida, no meio do sertão ignoto, abandonado e sem comunicação de espécie alguma, as coisas começaram a mudar. Seus habitantes nativos e autóctones, aqueles caboclos esguios e pálidos, mal alimentados, ignorantes, quase inertes, receberam, de um momento para outro, como um novo sopro de vida, um mundo totalmente diverso que se lhes aproximava: era o advento de nova cultura que se iniciava. E não demorou muito, tudo começou a mudar: uma nova igreja, tendo como padroeira Santa Bárbara - italiana completamente desconhecida -; novos produtos de alimentação nunca antes imaginados; novos processos sociais; outros hábitos e costumes. Tudo, tudo, enfim mudando, foi se transformando, e um novo clarão despontou em pleno sertão desconhecido, velho, enraizado, autóctone. Desde o vinho, fabricado pelos recém-chegados imigrantes, até o queijo, a manteiga, o salame, a polenta, o macarrão, o ignoc e tantas outras iguarias até então desconhecidas. Mudaram tudo na vida do sertanejo, do velho caboclo, daquelas paragens

ignaras e históricas. (WALDRIGUES & MARTELLO, 1996, p. 99).

Os colonos se depararam com um espaço ocupado por caboclos que viviam como agregados nas fazendas ou como posseiros em terras devolutas ou de proprietários ausentes. As mudanças desencadeadas pela colonização foram impactantes não apenas para os grupos humanos que viviam na região, mas para todo o ambiente vegetal e faunístico encontrado pelos colonos. Seguindo a obra, em outro trecho os autores reforçam o pioneirismo dos imigrantes e seus descendentes no progresso da nova colônia:

O progresso, o desenvolvimento, uma verdadeira transformação começavam a mudar a face do sertão. Novos caminhos foram abertos. As primeiras carroças, fabricadas na cidade de Lages, foram chegando na Colônia. O comércio foi, paulatinamente, se desenvolvendo. As primeiras indústrias, montadas e orientadas pelos imigrantes da velha e longínqua Itália, progrediram e tiveram notável impulso. Enfim, tudo estava mudado. [...] A esses pioneiros, de mãos calejadas, com suas roupas encharcadas de suor, trabalhadores rudes e incansáveis, dinâmicos, inteligentes, lutadores indômitos é que se deve tudo. Foram eles que derrubaram a floresta embatida e impenetrável; que lavraram a terra inculta e feraz, que semearam o trigo, centeio, a cevada e plantaram o milho, o feijão e outros cereais, onde antes só havia matas, feras, animais perigosos; que instalaram as primeiras indústrias e montaram os primeiros estabelecimentos; enfim é a essa gente vinda do outro lado do Atlântico; a esses pioneiros, verdadeiros heróis desconhecidos mas que serão sempre lembrados, que Anita Garibaldi deve tudo o que hoje é no contexto das demais comunidades da terra “Barriga-Verde”. (WALDRIGUES & MARTELLO, 1996, p. 98).

O livro “*História de Anita Garibaldi*” configura-se como uma obra literária acerca de alguns fatos do município, possuindo um discurso típico das produções de cunho memorialístico, onde os colonos são enobrecidos perante a depreciação dos caboclos. Todavia, esta obra possui seu mérito por reunir importantes informações acerca da trajetória do município. Ainda hoje são

produzidos resgates históricos com análises pejorativas aos indígenas e caboclos. Porém, os atuais debates acadêmicos e as políticas públicas de combate ao preconceito e inserção social têm problematizado estas questões de maneira contextualizada e esclarecida, favorecendo um entendimento mais digno da trajetória e dos costumes destas sociedades humanas.

O início do século XX apresenta transformações na estrutura social de Anita Garibaldi, e, com isso, ocorrem também transformações no ambiente. A chegada dos colonos representa uma guinada no modo de produção, com novos costumes e técnicas de cultivo. Paulatinamente as roças esparsas que antes ocupavam o território cederam espaço para a agricultura intensiva, com a derrubada da mata e o cultivo em lavouras. Com isso, logo as diferenciações sociais ficaram evidentes entre os colonos e os caboclos, conforme observou Alcides Goularti Filho:

Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e ao mesmo tempo o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começavam a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de terras e comércios. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 79).

Na década de 1930 houve outra leva migratória de italianos e descendentes dessa etnia para Anita Garibaldi, proveniente das colônias do Sul de Santa Catarina, mais precisamente da região de Urussanga, Treviso, Siderópolis, Nova Veneza e Lauro Müller. A maioria deles estabeleceu-se no atual município de Celso Ramos, com famílias ramificando-se mais tarde para Anita Garibaldi. Autor de um histórico sobre o Município de Celso Ramos, o professor Antônio Cassul Fernandes afirma que:

A maior dificuldade dos colonizadores era a derrubada do mato, que era de grande espessura de diâmetro, principalmente o pinhal, onde as galhas azuis voavam festivas pelos copados dessas coníferas, alimentando-se do pinhão, fruto dessa árvore

pródiga e sendo elas mesmas que, após os lautos banquetes, enterravam os pinhões sobejos, dando origem aos capões fechados de pinheirais. (FERNANDES in WALDRIGUES & MARTELLO, 1996, p. 204).

Ao se estabelecer em uma área com lotes coloniais delimitados, também chamada de *linha*, os migrantes da etnia italiana primeiramente realizavam a sua “limpeza”, derrubando a mata e após a derrubada efetivavam a ocupação do seu lote com o cultivo da terra. Devido a necessidade de produzir madeira beneficiada para a construção e a abundância de matéria prima, alguns colonos instalaram serrarias artesanais na região, utilizando-se da energia produzida com rodas instaladas em quedas d’águas.

Os colonos precisavam de comunicação com os centros urbanos que consumissem sua produção, onde também pudessem recorrer em caso de tratamentos médicos e demais necessidades. De modo arcaico foram abertos diversos caminhos, alguns se utilizando dos antigos trajetos das populações nativas. Fica evidente no aspecto logístico a interação entre os grupos humanos e o ambiente físico, pois os cursos das rústicas estradas seguiam tanto orientações humanas como determinações naturais. Neste momento o progresso da ocupação humana na região é avaliado através dos avanços técnicos e de domínio da natureza.

A partir do início da década de 1940, o processo de exploração da madeira aumentou consideravelmente em razão da abertura da estrada estadual (SC-458, atual SC-390) ligando Anita Garibaldi com Lages, Celso Ramos, Campos Novos e Capinzal. Neste período a região recebeu um pequeno grupo de descendentes de açorianos e portugueses, que migraram do litoral catarinense nas décadas de 1930 e 1940 em busca de terra e de oportunidade de trabalho nas serrarias.

A abertura da estrada estadual acelerou o desmatamento das densas matas de pinheirais pela indústria madeireira, nos processos de extração, beneficiamento e transporte. Segundo registrou Graciano Martello:

A partir de 1945, a extração de madeira foi o marco principal que predominou por longas décadas, tendo surgido muitos outros núcleos habitacionais, características observada até o ano de 1960, onde o distrito contava com aproximadamente 50 serrarias. (MARTELLO, 1975, p. 03).

Figura 04 - Abertura da estrada de rodagem (atual SC – 390). Turma de Mário Godinho. 1938.



Acervo: Itamar Muniz Correia. Celso Ramos, SC.

Nos primeiros anos do século XX os moradores da região tinham pouca participação ou interesse nas questões políticas. Os caboclos, em sua maioria analfabetos e sem direito a voto, ficavam alheios a qualquer atividade política, ficando apenas os fazendeiros em conexão política com Lages. Os imigrantes e seus descendentes recém-chegados, isolados e ocupados com o arroteamento e cultivo das terras adquiridas, pouco interesse dispensavam a atividade política. Todavia, logo sentiram a necessidade de se organizarem em comunidades, construindo capelas e escolas. Neste contexto surgiram lideranças

comunitárias, que se articulavam com os demais líderes latifundiários e detentores de poder na região.

Desde o início da colônia Anita Garibaldi a família Granzotto destacou-se através do comércio e, conseqüentemente, na política. Paulino Granzotto, patriarca da família, nasceu na província de Treviso (Itália) no ano de 1875, tendo emigrado junto com o pai e os irmãos para o Brasil em 1886, estabelecendo-se na colônia de Caxias do Sul (RS). Casou-se com Stella Marina Ceregatti e no ano de 1900 adquiriu terras na recém demarcada colônia entre os rios Canoas e Pelotas. Em 1905 mudou-se para a sede da colônia onde instalou uma casa de comércio, sendo por muitos anos o único estabelecimento comercial da região. Desta forma, a família Granzotto tornou-se a mais rica do lugar, atuando ativamente nas questões políticas.

Por razões de ordem política e econômica, Paulino Granzotto recebeu o título de major da Guarda Nacional. Em 1921, assumiu o cargo de conselheiro na Prefeitura Municipal de Lages, mesmo ano em que foi criado o distrito de Cerro Negro, ao qual Anita Garibaldi ficou subordinado. Paulino foi um dos maiores interessados na criação do distrito de Anita Garibaldi, isso, claro, por razões óbvias de conveniência política. Com a criação do almejado distrito, em 1931, assumiu o cargo de Intendente Distrital.

Euclides Granzotto, filho de Paulino e Stella, também se destacou na política. Por ato do prefeito de Lages, Vidal Ramos Júnior, foi nomeado para exercer o cargo de Intendente Exator no distrito de Anita Garibaldi em 23 de abril de 1946. Em 23 de novembro de 1947 elegeu-se vereador para a Câmara de Vereadores de Lages, sendo o mais votado do pleito. Reelegeu-se em 03 de outubro de 1950, juntamente com seu irmão Otacilio Granzotto que também elegeu-se para vereador. E, culminando sua trajetória política, foi eleito prefeito de Lages pela Câmara de Vereadores em 23 de dezembro de 1954, com sua posse ocorrendo em 03 de janeiro de 1955. Além da carreira política desempenhada em Lages, manteve ligação com sua terra natal através do

estabelecimento Euclides & Cia. Ltda. – comércio em geral. Na figura 05 aparece em fotografia de 1955 o eminente político nascido no então distrito de Anita Garibaldi, Euclides Granzotto, entre demais políticos do período – inclusive Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Figura 05 - Juscelino Kubitschek de Oliveira, em campanha para a Presidência da República; Euclides Granzotto, prefeito municipal de Lages; Francisco Benjamin Gallotti, candidato ao Governo do Estado; e Vidal Ramos Júnior, candidato a prefeito de Lages. Praça João Costa, Lages – SC, 23 de setembro de 1955.



Acervo: Prefeitura Municipal de Lages, SC.

O envolvimento político de alguns habitantes e o próprio crescimento econômico do local elevou Anita Garibaldi à categoria de distrito, através da lei n. 1648 de 03 de outubro de 1929, com sua instalação em 15 de janeiro de 1931. As primeiras autoridades do novo distrito foram: Paulino Granzotto, Intendente Distrital e Theodoro Salmória, Vice-Intendente Distrital. A função do Intendente Distrital era cobrar os impostos da população e zelar pela aplicação dos recursos públicos na região. Também foram empossados Miguel

Baby Sobrinho como escrivão de paz, tabelião e oficial do Registro Civil e Maurílio Martins de Godoy como Juiz de Paz, que tinha por tarefa resolver questões de conflitos.

A partir da década de 1940, sobretudo nos anos entre 1950 e 1970, instalaram-se em Anita Garibaldi dezenas de madeireiras que desencadearam um desenvolvimento econômico superficial. A superficialidade deste desenvolvimento fica evidente principalmente no tocante as questões sociais e econômicas, pois poucos empresários detinham os ganhos econômicos e a grande maioria da população sobrevivia com pequenos salários. A população aumentou consideravelmente, pois era necessária muita mão de obra para a extração, o beneficiamento e o transporte da madeira. Os contrastes econômicos e sociais se agravaram, com o acúmulo de capital pelos empresários e os problemas da classe operária que sobrevivia com um pequeno salário. Esta situação se agravou quando terminou o ciclo da madeira, a partir da década de 1970, e as madeireiras encerraram suas atividades ou foram embora, ficando um grande número de desempregados.

Em 17 de julho de 1961 o então governador Celso Ramos² sancionou a lei criando o município de Anita Garibaldi. Sua instalação ocorreu em 04 de dezembro de 1961 sendo o primeiro prefeito Amaury Goulart. Apesar das dificuldades, algumas melhorias foram acontecendo através de convênios, financiamentos e verbas de órgãos estaduais e federais. No decorrer das décadas de 1960 e 1970 o governo estadual estendeu uma série de benefícios para os municípios do interior, entre eles Anita Garibaldi, instalando as redes

² Celso Ramos nasceu em Lages no ano de 1897 e faleceu em Florianópolis em 1996. Filho de Vidal José de Oliveira Ramos Júnior e Teresa Fiúza Ramos. Foi casado com Edite Gama Ramos, filha do desembargador Aires Gama. Dentre as funções que desempenhou, destacam-se: agente da Cia. Nacional de Navegação Costeira, dedicando-se a industrialização e ao comércio de madeiras; presidente do Avaí Futebol Clube (1941- 1946); fundador e presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), onde organizou o Serviço Social da Indústria (SESI) em 1952 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Santa Catarina (SENAI) em 1954; governador do Estado de Santa Catarina (1961 – 1966); e Senador (1967 - 1974). Na aposentadoria voltou a residir em Lages, onde dedicou-se a pecuária em sua fazenda Pinheiro Seco na Coxilha Rica. Fonte: RAMOS FILHO, 2002.

de energia elétrica e de telefonia, e construindo postos de saúde, escolas e estradas.

Observa-se que o município teve seu desenvolvimento e emancipação devido a exploração madeireira, que motivou a migração para o local e, mesmo que superficialmente, proporcionou seu crescimento econômico. A superficialidade de seu crescimento justifica-se, pois não se diversificou os setores produtivos, isto é, o capital gerado pela venda da madeira não foi reinvestido na modernização das indústrias e/ou outros ramos industriais.

Na década de 1970 a produção agrícola se destacava no cenário estadual. Após participar das Santas Missões realizadas em 1973, o frei Constantino Deon escreveu em artigo no jornal Correio Riograndense que o município de Anita Garibaldi:

Destaca-se entre os demais municípios catarinenses pela excelente produção de milho, sendo o maior produtor de Santa Catarina deste cereal, produzindo também trigo e feijão. Contando também com boa produção de gado bovino. (CORREIO RIOGRANDENSE, 1974).

Percebe-se que após décadas de arroteamento das terras o município contava com áreas propícias para pastagens e para o cultivo de lavouras. Após a década de 1980, com o fechamento e/ou a saída das madeireiras para outras regiões, Anita Garibaldi passou por uma forte recessão econômica, obrigando muitas famílias a procurarem emprego em outras cidades. Os centros urbanos que mais atraíram esta população foram Caxias do Sul (RS), Lages, Brusque, Blumenau e Florianópolis.

Com a construção das usinas hidrelétricas de *Machadinho*, *Barra Grande* e *Campos Novos*, a partir do ano 2000, a cidade passou, ao mesmo tempo, por alguns melhoramentos e malefícios causados por tais empreendimentos. Houve melhorias devido as compensações financeiras e socioculturais que as empresas são obrigadas a executarem nos municípios

atingidos pelas obras, dentre as ações destaque: o financiamento de projetos de pesquisa arqueológica e histórica; o repasse mensal de *royalties* à prefeitura pelo uso dos recursos hídricos; e o patrocínio para diversas ações e produções culturais. Entre os malefícios causados pelas usinas hidroelétricas, destaque: impactos ambientais causado pela formação dos lagos, ocasionando o desmatamento e alteração da relação entre fauna e flora nas regiões afetadas; aumento populacional devido a vinda de operários, ocasionando problemas sociais; e o aumento no preço de aluguéis e alimentos.

**Figura 06 - Usina Hidrelétrica Barra Grande.
Anita Garibaldi – SC / Pinhal da Serra – RS, 2006.**



Acervo: BAESA - Energética Barra Grande S.A.

Percebe-se que a partir dos primeiros anos do século XXI o município passou por uma reformulação de sua identidade, utilizando-se cada vez mais da imagem modernizante que as empresas hidrelétricas parecem conferir ao local. Através da Lei Estadual n. 12.471, de 11 de dezembro de 2002, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) concedeu a Anita Garibaldi o título de “*Cidade dos Lagos*”, devido a sua localização entre três lagos de

usinas hidroelétricas. Percebe-se que apesar dos protestos ambientais e das reivindicações dos grupos atingidos pelas barragens, a população e a administração municipal absorveu de forma mais ou menos concordada os efeitos da atuação destas empresas.

A crítica socioambiental sobre a construção destes empreendimentos ainda precisa ser aprimorada, pois constituem o capítulo mais recente da história ambiental de Anita Garibaldi. A mesma região que passou pela exploração de seus recursos vegetais agora passa pela exploração de seus recursos hídricos, ambas atividades de grande impacto socioambiental. Ao analisarmos a situação em que o município ficou após o ciclo da madeira, percebe-se o baixo dinamismo econômico atual. Talvez a crítica de Waldrigues e Martello não seja exagerada ao alegar que:

Diante das contingências de hoje e por imperativo do próprio avanço do progresso, o povo do município de Anita Garibaldi alimenta a esperança por dias melhores. Inibido em suas aspirações, espoliado de suas riquezas naturais, o povo reclama por justiça. Mas por quê? Porque levaram o ouro de nossas araucárias, sem aviso prévio e sob o protesto da gralha azul. Não houve o retorno esperado, como não houve nenhuma indenização. Estas riquezas que se evadiram das mãos calejadas dos garibaldinos, por intermédio dos madeireiros e atravessadores gananciosos, ajudaram a construir “muitas Lages” e somaram no desenvolvimento do próprio Estado de Santa Catarina. (WALDRIGUES & MARTELLO, 1996, p. 226).

Apesar dos avanços nos últimos anos, o município ainda configura-se na periferia do cenário estadual. Carente de melhorias nas áreas de educação, saúde e infraestrutura, percebe-se que a configuração socioeconômica de Anita Garibaldi ainda sofre os efeitos de sua formação desorganizada e insustentável.

CAPÍTULO III

MIGRAÇÕES, FLORESTAS E MADEIREIRAS

3.1 Migrações e Exploração Madeireira

A história econômica do Brasil teve início com a exploração da madeira. O pau-brasil, conhecido como a árvore-tinturaria, foi o primeiro produto comercial da nova terra descoberta. Após o ciclo do pau-brasil sucederam-se outros: o do açúcar e do ouro nos séculos XVII e XVIII; do café e do charque no século XIX; no século XX um incipiente ciclo da borracha, a exploração das araucárias e as madeiras nobres, que também foram exportadas; e, no final do século XX e início do século XXI, a expansão da fronteira agropecuária com a criação de gado de corte, os cultivos da soja, do milho, do trigo e da fruticultura.

As florestas de araucárias no Planalto Meridional do Brasil tiveram sua exploração econômica associada, na maioria das vezes, com a imigração e a migração de colonos interessados na ocupação da área com lavouras. Conforme apontam os pesquisadores Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro e José Clemente Pozenato:

De fato, a presença do pinheiro do gênero araucária (*Araucaria angustifolia*), o chamado pinheiro brasileiro, nos três estados meridionais do Brasil, determinaram, em grande parte, o rumo de sua ocupação e organização. (RIBEIRO & POZENATO, 2005, p. 148).

Em Santa Catarina, assim como nos outros estados do Sul, a formação de um complexo madeireiro foi possível devido a disponibilidade abundante de recursos florestais, com destaque para a araucária. A madeira de araucária se destaca pela sua densidade, qualidade e aproveitamento, já que poucas são as

espécies que se desenvolvem até a sua altura e possibilitam a retirada de tábuas de grande longevidade.

Na região Sul, o grande território do planalto - região endêmica da *Araucaria angustifolia* – foi considerado uma região propícia para a prática do extrativismo vegetal e da agropecuária. Ou seja, através da ocupação humana os recursos naturais da região poderiam ser explorados, movimentando a economia a nível local, estadual e nacional.

Nos primeiros tempos de cada colônia, caso não houvessem serrarias instaladas, a extração do pinheiro era feita em escala artesanal, com objetivo de desbastar as áreas para o cultivo agrícola ou para produzir madeira para o uso doméstico. Na passagem do século XIX para o século XX a derrubada de pinheiros passou a ser feita em escala industrial e de forma cada vez mais rápida. A própria construção da estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul foi paga mediante a concessão de extensos pinheirais a uma empresa estadunidense, que instalou um sistema de extração da madeira com a tecnologia mais avançada disponível na época. Neste mesmo período do início do século XX, formaram-se inúmeros empreendimentos de colonização, principalmente nas regiões oeste e meio este do Estado, cuja primeira etapa consistia na extração dos pinheiros, para depois efetuar a venda das terras aos colonos.

No nordeste do Rio Grande do Sul, também conhecido como *serra gaúcha*, as colônias italianas tiveram sua ocupação a partir de 1875. Neste contexto, em um artigo intitulado “*Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell’industria rio-grandense*”, Celeste Gobatto afirma que:

A indústria da madeira foi, entre as indústrias extrativas, a que mais se desenvolveu com a abertura das estradas de ferro e com a crescente demanda por esse material. Pinhais imensos, que jaziam ainda imaculados da presença do homem, foram e são abatidos num piscar de olhos, para dar origem a novas terras de cultivo, a novas moradias que se penduram nas encostas das

colinas, criando magníficos vinhedos e túrgidos campos de grãos. (GOBBATO, 1925, p. 202-203).

A extração vegetal constituía, na época, a fonte mais rápida, fácil e disponível de acumulação capitalista. Sobre a importância da madeira na economia estadual, o político e escritor Henrique Boiteux aponta que:

Na história econômica de Santa Catarina, às madeiras coube, sempre, relevante posição, prioridade de que nenhum outro produto, natural ou manufaturado, logrou avizinhar-se muito. Desde 1500 que as nossas madeiras correm sobre todos os mares, ou se endereçam a quase todas as terras. (BOITEUX, 1942).

Num primeiro momento as florestas foram vistas como uma dificuldade a ser superada, pois representavam um empecilho para a construção de estradas, casas e o cultivo das lavouras. De acordo com os próprios sujeitos que colonizaram a região de Anita Garibaldi, a presença da mata de pinhais era uma dificuldade a ser vencida, conforme observamos no relato de Hilário Salmória:

Quanto mato tinha que derrubar por aqui, porque não tinha jeito. Pinheiro, se o senhor desse um pinheiro nós agradecia. Um pinheiro não valia nada. Não tinha estrada por aqui. Não valia nada. Não adiantava produzir madeira se não tinha como escoar. (SALMORIA, 2003).

Com a instalação das serrarias, notando que cada localidade teve seu ciclo de exploração madeireira em cronologia diversa, as araucárias, que antes eram vistas como problemas, passaram a ser um aspecto importante da terra, pois se tornaram um produto que possibilitava fazer dinheiro rápido e fácil, além de possibilitar e expandir a área de criação de animais e lavoura.

Do final do século XIX até meados do século XX estava em marcha a colonização da fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, incluindo aí o oeste e meio oeste catarinense, colonização essa realizada, em sua maior

parte, por descendentes de imigrantes italianos da *serra gaúcha*, além de descendentes de alemães e de poloneses.

Neste processo, através das empresas colonizadoras, repetiu-se o modelo efetuado nas antigas colônias, onde se extraía a madeira para depois vender as terras aos agricultores. Enquanto a colonização alemã fez-se com pouca utilização da madeira na construção e sem que ela fosse uma fonte econômica significativa, a madeira passou a ser material de construção e importante fonte econômica nas novas colônias, principalmente de origem italiana, situadas às margens do rio Uruguai, na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Através da tabela 03 observamos o predomínio da etnia italiana e seus descendentes entre os proprietários de madeireiras no Estado de Santa Catarina no ano de 1969:

Tabela 03 - Composição étnica dos madeireiros. Santa Catarina, 1969.

GRUPO ÉTNICO	PERCENTUAL (%)
<i>Italianos e descendentes</i>	39,4
<i>Alemães e descendentes</i>	27,2
<i>Brasileiros</i>	15,2
<i>Judeus</i>	3,2
<i>Teuto-Brasileiros</i>	2,2
Os demais grupos: <i>Ítalo-Brasileiros, Ítalo-Germânicos, Açorianos, Noruegueses, Austríaco-Alemães, Poloneses, Sírio-Libaneses, Alemão-Dinamarqueses e Americano-Brasileiros</i> , participaram com o percentual de 1,1 cada.	

Fonte: SANTA CATARINA, 1969, p. 30. Acervo: APESC.

Segundo Szücs e Bohn:

A partir da consolidação das atividades madeireiras nestes centros, seguiu-se a migração de colonos, principalmente de

descendência italiana, que passaram a se inserir no processo produtivo, e a utilizar as áreas desflorestadas para o cultivo agrícola, criando as condições econômicas para a diversificação da produção de forma geral. (SZÜCS & BOHN, 2002, p. 05).

Neste processo insere-se a ocupação da região entre os rios Canoas e Pelotas. Em 1900, quando a colônia Anita Garibaldi foi fundada com colonos de origem italiana provenientes do Rio Grande do Sul, iniciou-se também a devastação mais intensa das florestas de seu território. Conforme observou Paulo Afonso Zarth:

Justamente os colonos foram os maiores protagonistas de um enorme impacto ambiental causado pela agricultura. Mas, sobretudo, é indispensável considerar esse fenômeno na perspectiva das políticas públicas fomentadas pela ideia de progresso, que revelaram desprezo pelo modo de viver e de produzir dos povos indígenas e dos caboclos. A concepção de natureza também contribuiu para a execução de um programa de colonização ambientalmente danoso, no qual a floresta era um estorvo e deveria ser devastada, ou deveria ser dominada por uma tecnologia considerada moderna. Tais ideias serviram plenamente para atender os interesses econômicos das companhias de colonização e do próprio Estado. (ZARTH in NODARI & KLUG, 2012, p. 73).

Em meados do século XX, com o rareamento das florestas de araucárias no oeste e meio-oeste devido a atuação de diversas companhias colonizadoras e madeireiras, as vastas reservas florestais da serra catarinense ainda possuíam cerca de 60 milhões de pinheiros para a exploração madeireira, além de grande quantidade de espécies de madeiras de lei.

A região serrana de Santa Catarina conservou suas florestas de araucárias devido a esparsa ocupação do seu território e o regime de criação de animais em fazendas. Em seus escritos sobre a região de Lages em meados do século XIX, o viajante alemão Robert Avé-Lallemant descreve a região sendo uma:

Terra de pasto, em cujas íngremes vertentes ressaltam inúmeras massas de pedra de areia cobertas de líquens, ou tudo é coberto de densas matas de araucárias. Neste planalto, essas vigorosas colunas vegetais sobem, aos milhões, de profundos desfiladeiros e trepam as mais íngremes encostas até aos píncaros das empinadas coxilhas – floresta escura, silenciosa, grave, que eu poderia chamar com propriedade de floresta negra (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 50).

Foi esta região de florestas ainda pouco exploradas pela ação humana que os colonos provenientes do Rio Grande do Sul e do Sul de Santa Catarina ocuparam. Em 16 de abril de 1902, dois anos após ser fundada a colônia Anita Garibaldi, o jornal *O Imparcial* de Lages publicou o seguinte anúncio

Serraria Progresso. O abaixo assignado tem a honra de participar ao publico, especialmente ao de Campo Bello, que acaba de construir na Colonia Annita Garibaldi um bem montado engenho de serrar, podendo vender taboados [de pinho] e qualquer outra madeira de construção de casas, por preços modicos. [...] Taboados de cedro, cabreuva, angico e outras madeiras de lei. [...] O mesmo tem sempre depositado farinha de trigo da terra e vinho nacional. Tudo por preços modicos. Colonia Annita Garibaldi, 20 de março de 1902. O proprietário. Fernando Taif Haizlez. (O IMPARCIAL, 1902).

Por se tratar de uma história relativamente recente, os relatos orais ainda recordam do ambiente encontrado por estes migrantes. Conforme as lembranças de Olavio Maravai, nascido em Siderópolis (SC) e atualmente residente no município de Celso Ramos, a presença dos pinheiros era abundante: “era tanto pinheiro aqui que os macacos andavam só pelos galhos. Era tudo pinhal fechado!”. (MARAVAI, 2003).

Nos relatos, e mesmo na memória coletiva da região estudada, também aparecem a descrição da fauna que coexistia nas matas de pinhais e na mata branca as margens dos rios e cursos d’água. Segundo Ivo Delorenzi, migrante de Siderópolis (SC) e atualmente morador da localidade de São Pedro - Celso Ramos, os animais d’outrora eram diversos e em grande quantidade: “é, caça

existia. Aqui nesse nosso lugar era veado, era paca, cutia, quati, existia tantos animais. Alguns já estão meio em extinção. Mas era caça e era pesca abundante.” (DELORENZI, 2012).

Coexistia com essa natureza, antes da chegada dos colonos, a população de caboclos fixados a tempos na região. Além da agricultura de subsistência, também praticavam a criação de animais, sobretudo de suínos, com o uso de pinhões para sua alimentação no outono. Muitos colonos também utilizaram este sistema de criação de porcos soltos na mata. Conforme informou Naziozeno Salmória, quando os porcos eram reunidos e levados para venda, de costume tinham os olhos costurados e/ou cegados com gotas de creolina para que não enxergassem, facilitando assim o transporte pelas rústicas estradas e carreiros. A produção de animais desta forma era expressiva, presente em toda a área com matas de pinhais, e eram vendidos no meio oeste de Santa Catarina, tendo como destino as cidades de Videira, Joaçaba e Capinzal. (SALMÓRIA, 2012).

Os colonos de origem italiana trouxeram consigo um complexo sistema capitalista desenvolvido na Europa, diferente do ritmo de vida e produção com que os caboclos locais estavam acostumados. Este dinamismo através da agricultura e do comércio modificou a região, tendo sido a terra transformada em propriedades produtivas. Diversas estradas foram abertas para a circulação de pessoas e mercadorias. Porém, todo este progresso notado no período teve seu impacto ambiental, pois, para transformar as florestas em lavouras e pastagens foi preciso derrubá-las. Junto ao interesse dos proprietários de terras para torná-las agriculturáveis, a partir da década de 1940, aliou-se outro fator do desflorestamento: o interesse dos empresários madeireiros, dispostos a transformar os abundantes pinhais da região em capital, através da industrialização da madeira.

3.2 A Indústria Madeireira

O marco temporal e histórico para o município de Anita Garibaldi é o antes e o depois do período de aproveitamento industrial da madeira de araucárias, ocorrido de maneira mais intensa a partir da década de 1940. Segundo José Afonso Zanoni, nascido em Nova Veneza (SC) e morador de Anita Garibaldi desde 1949, uma das primeiras serrarias da região foi instalada por Joanin Ambrósio na localidade da Cachoeirinha – sendo depois vendida a Domingos Savaris. A “engenhoca” - como era conhecida a serraria - serrava madeira por meio da força da água, sendo útil aos moradores locais que necessitavam de tábuas beneficiadas para a construção de suas moradias e demais feitorias. (ZANONI, 2013).

Segundo informações de Naziozeno Salmória, em 1944 os Irmãos Grassi de Curitiba (PR) compraram cerca de 300 mil pinheiros selecionados, isto é, de ótimo aproveitamento madeireiro. A compra foi intermediada pelo coronel Gasparino Zorzi³, um importante líder político de Campos Novos. Após isso, a exploração em escala industrial destas araucárias foi executada pelos Irmãos Paese, oriundos da região da Paim Filho (RS), que no ano de 1956 compraram este extenso pinhal. Segundo Plínio Paese:

Nós começamos em 1956, quando compramos uma propriedade dos Irmãos Grassi, em Anita Garibaldi. Era composta de pinheiros que iam de Cerro Negro até perto de Celso Ramos. Mais de 200.000 (duzentos mil) pinheiros. Com uma serraria, começamos a cortar, serrar e mandar para Lages. Era muito difícil porque não havia estrada boa. A chuva interrompia os trabalhos e não havia energia elétrica. Foi um trabalho pioneiro. (PAESE in SILVEIRA, 2005, p. 297).

³ Gasparino Zorzi nasceu em Vacaria (RS) em 06 de agosto de 1903 e faleceu em Campos Novos (SC) em 05 de setembro de 1984. Foi um militar e político brasileiro. Filho de José Zorzi e de Silvana Monteiro Zorzi. Foi prefeito de Cruzeiro (atual Joaçaba) (1934-1935), prefeito de Campos Novos (1936-1945 / 1951 – 1954) e deputado na Assembléia Legislativa de Santa Catarina na 1ª legislatura (1947 - 1950). Fonte: PIAZZA, 1985, p. 834-835.

A escolha da região para a instalação da serraria se justificou pela abundância de araucárias que havia. Após a derrubada dos pinheirais no noroeste e nordeste do Rio Grande do Sul, diversos madeireiros migraram para a região de Anita Garibaldi. Assim também foi com os Irmãos Paese. Conforme Celso Paese:

As reservas de pinheiros em Lagoa Vermelha já estavam bastante comprometidas, assim, investir nessa região foi uma consequência natural. Mais tarde compramos outros pinhais com um número mais ou menos igual de pinheiros, também na região de Anita Garibaldi. (PAESE in SILVEIRA, 2005, p. 299).

Apesar de alguns colonos terem trabalhado em serrarias, a formação da classe operária no planalto serrano teve na sua base a figura do caboclo. Foram estes sujeitos históricos que trabalharam nas serrarias de Anita Garibaldi. Conforme Alcides Goularti Filho: “No planalto serrano e no oeste, foram os caboclos pobres que foram explorados pelos madeireiros. Os madeireiros enriqueceram através da exploração predatória das matas e não distribuíram os frutos da riqueza”. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 127).

Antes da instalação de serrarias no planalto serrano, e mesmo depois, existia na região uma relação distante e de mandonismo entre fazendeiros e caboclos. Esta relação distante podia ser aproximada com o sacramento do batismo, que segundo Élio Serpa:

Trazia para o caboclo pobre a possibilidade de se tornar compadre de um rico fazendeiro, na relação de compadrio interclasse, em que poderia receber, em troca, proteção e ajuda, pois numa terra onde uns tinham tudo e a maioria nada, tornar-se compadre ou amigo de um chefe político local, parecia-lhes a oportunidade de granjear respeito entre vizinhança e assegurar sobrevivência, dando, muitas vezes, em troca, a sua liberdade de escolha. (SERPA, 1997, p. 68).

A vinda das serrarias significou para os caboclos uma possibilidade de tornarem-se trabalhadores livres, com uma remuneração mensal fixa, longe da precariedade financeira da fazenda, onde as relações eram pouco monetizadas. Em muitos casos, com a derrubada da mata pelos madeireiros que a compravam dos fazendeiros, muitos caboclos foram expulsos da terra e tornaram-se mão de obra assalariada nas serrarias. Segundo a análise de Alcides Goularti Filho:

O caboclo peão que até então só fazia cuidar dos bois do fazendeiro, por soldo irrisório, e o caboclo das pequenas roças, sentiam-se agora atraídos por um trabalho que não exigia qualificação e que lhes dava muitas vantagens comparativas: salários fixos mensais e em dinheiro vivo, casa nova para morar em uma vila operária e, ainda, oportunidade para criar pequenos animais e cultivar pequenas lavouras. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 117).

As serrarias eram normalmente construídas em meio aos densos pinheirais, onde se derrubavam as araucárias para aproveitamento madeireiro. Na sede urbana e no interior, as serrarias formavam núcleos de 20 a 50 casas de trabalhadores em média, sendo que o número de casas da vila operária variava de acordo com o tamanho e capacidade da produção instalada. Algumas dessas vilas possuíam estrutura semelhante a um pequeno povoado, com igreja, escola, salão de festas e armazém para atender a população do entorno.

Os trabalhadores das serrarias, provenientes dos núcleos urbanos ou das fazendas, foram atraídos pela atividade madeireira porque esta remunerava mais em comparação as outras atividades de mão de obra não especializada. Algumas mulheres também trabalharam nas serrarias, produzindo pequenas peças em madeira - cabos de vassoura, no caso da Madeireira Irmãos Paese Ltda. - e auxiliando na limpeza em geral. Conforme relato de Irania Dexheimer Wentz, nas madeiras de Anita Garibaldi as mulheres não costumavam trabalhar diretamente. Além de levar o café ou lanche aos homens por volta das

8h e 16h, a elas ficavam reservados os serviços domésticos, a criação dos filhos, a agricultura de pequenas lavouras e a coleta de lenha para o fogo. (WENTEZ, 2013). Outra questão que merece atenção é o trabalho infantil, pois há evidências de que ocorria nas matas e nas serrarias; porém, nesta pesquisa as fontes não apresentaram informações relevantes nesta temática, impossibilitando, por enquanto, a elaboração de uma análise satisfatória sobre a mão-de-obra de crianças nas indústrias madeireiras.

**Figura 07 - Madeireira Felipe Dexheimer & Filhos.
Localidade de Vila Petri. Anita Garibaldi, década de 1960.**



Acervo: Irania Dexheimer Wentz. Anita Garibaldi, SC.

Junto com as indústrias madeireiras coexistia a produção artesanal de *tabuinhas*. Apesar da produção de tábuas lascadas ter desaparecido com o advento das serrarias, a produção de tabuinhas manteve-se devido à demanda para as coberturas das construções. Este artesanato é também a arte de decifrar e de entender os veios da madeira de pinheiro. Com a instalação de olarias as

coberturas passaram a ser com telhas, e, em seguida, com fibrocimento – também conhecido como *brasilit*.

Figura 08 - Madeireira Granzotto. Anita Garibaldi, 20 de janeiro de 1961.



Acervo: Osvaldo Padilha. Anita Garibaldi, SC.

A nomenclatura de diversas comunidades estava associada à atividade madeireira ou aos pinhais. A abertura de estradas, em muitos casos, também foi resultado da ação dos madeireiros, que necessitavam de novos caminhos em meio as florestas de araucárias para extraí-las e transportá-las para o beneficiamento na serraria.

O governo pouco fazia em questão de infraestrutura, tanto por impossibilidade de recursos, pessoal ou maquinário, como por omissão, então os empresários madeireiros construíam pontes e estradas com seus próprios recursos. Eram investimentos de infraestrutura que beneficiavam não apenas os empresários, mas também a população. A arrecadação do município cresceu com os negócios dos madeireiros, porém, estes recursos arrecadados eram pulverizados entre infinitas necessidades locais.

Figura 09 - Trator para serviços gerais, utilizado também na abertura de estradas. Madeireira Felipe Dexheimer & Filhos. Localidade de Vila Petri. Anita Garibaldi, década de 1960.



Acervo: Irania Dexheimer Wentz. Anita Garibaldi, SC.

No distrito de Lagoa da Estiva a Serraria Golin foi uma das mais prósperas madeireiras do período. Conforme pesquisa de Claudete de Almeida Bergamo e Dilvete Moraes Adamy, na década de 1940 José Golin e as famílias de José Arcaro e Valentim Dall'Amico vieram de Antônio Prado (RS) e fixaram moradia próximo a Lagoa da Estiva, onde montaram uma serraria. Através da empresa o local se desenvolveu, sendo o único ponto do município com água encanada e energia elétrica no período. A loja de Juventino de Aguiar em sociedade com José Golin possuía grande estoque e variedade de produtos como alimentos, roupas, tecidos e utensílios para o lar. No açougue vendiam-se cerca de oito suínos e três vacas carneadas por semana.

(BERGAMO & ADAMY, 2011, p. 42). Além do beneficiamento de tábuas de pinheiro, a empresa produzia papelão com o refugo da madeira.

Figura 10 - Trabalhadores organizando as pastas de papelão. Madeireira Golin. Distrito de Lagoa da Estiva. Anita Garibaldi, década de 1950.



Fonte: BERGAMO & ADAMY, 2011, p. 43.

As pastas de papelão, e até mesmo as pessoas, eram conduzidas por um cabo elétrico até o alto do morro onde havia um barracão onde as pastas secavam e eram organizadas para serem despachadas para os compradores.

A fatura de araucárias da região podia ser notada pela quantia de madeira beneficiada que a Madeireira Golin exibia no seu pátio. Os trilhos que saiam do barracão percorriam cerca de 500 metros para levar as tábuas para serem empilhadas e secadas. Havia três locomóveis para gerar a energia necessária para a indústria.

A localidade progrediu junto com a empresa. Porém, no final da década de 1950 um incêndio destruiu a serraria:

As locomotivas serviam de relógio para as donas de casa e os trabalhadores. Apitavam: 08h, 11h, 11h30, 13h, 16h e 20h. Um

dia as locomotivas não pararam de apitar. Um enorme incêndio tomou conta da serraria. As locomotivas só pararam de apitar quando tudo estava queimado. Final da década de 50 e fim de um sonho. Eram mais de cem empregados que já não tinham seu ganha-pão e precisavam procurar outros lugares para sobreviver. (BERGAMO & ADAMY, 2011, p. 48).

Figura 11 - Madeireira Golin.

Distrito de Lagoa da Estiva. Anita Garibaldi, década de 1950.



Acervo: Escola de Educação Básica Padre Antônio Vieira. Anita Garibaldi, SC.

De fato, a queima do barracão de beneficiamento da madeira representou o fim de um sonho. Alguns relatos orais dos moradores mais antigos afirmam que na época do movimento pela emancipação do distrito o local foi cogitado para ser a sede do almejado município. (FELTRIN, 2011).

Após o incêndio da serraria e, anos mais tarde, com a morte do proprietário José Golin, os herdeiros deste chegaram a um acordo com a família Granzotto – antiga detentora das terras. O acordo previu que metade dos pinheiros seriam posse da família Granzotto e a outra metade e o terreno pertenceriam aos herdeiros de José Golin. (BERGAMO & ADAMY, 2011, p. 48). Atualmente a localidade é um reassentamento para os atingidos pela

barragem Barra Grande (BAESA - Energética Barra Grande S.A.) e denomina-se “Santa Catarina”.⁴

Figura 12 – Barracão de beneficiamento após o incêndio.

Madeiraira Golin. Distrito de Lagoa da Estiva. Anita Garibaldi, década de 1950.



Acervo: Escola de Educação Básica Padre Antônio Vieira. Anita Garibaldi, SC.

No ano de 1954 Campolim José de Mattos instalou uma serraria movida a força d'água na localidade do Rosário. Conforme informações de Campolim, havia pinheiros em abundância na região, o que muito propiciava tal empreendimento. A madeira produzida era despachada para Lages, e, de lá, geralmente ia para os portos de Porto Alegre (RS) e Itajaí (SC). A madeireira encerrou as atividades no ano de 1972, devido ao fato de que “os negócios já não rendiam tanto, e não compensava mais serrar pinheiro”. (MATTOS, 2014).

⁴ Em novembro de 2008 a comunidade [ou reassentamento] *Santa Catarina* foi inaugurada. “A imagem de Santa Catarina da antiga serraria, que estava na Igreja Senhor Bom Jesus do distrito de Lagoa da Estiva, foi levada de volta com solenidades festivas e cavalgada. Sob as cinzas do passado, na alma e nas mãos de um povo batalhador, são semeados grandes sonhos e esperanças. Agora, com a proteção de Deus e de Santa Catarina.” (BERGAMO & ADAMY, 2011, p. 49).

Observa-se através deste relato que na década de 1970 diversos fatores dificultaram a continuidade da indústria da madeira, principalmente a falta da matéria prima (araucária), os embargos burocráticos e a oscilação financeira.

O Grupo Madeireiro Dal Pizzol foi fundado em 1965, tendo como presidente Ernesto Dal Pizzol. Por volta do ano de 1968 transferiu-se para São Joaquim, e em 1971 fixou-se em Lages. Com o falecimento de Ernesto Dal Pizzol em 1976, a razão social foi alterada para Madeireira Dal Pizzol Ltda.

Muitas foram as madeireiras instaladas no território que atualmente compreende o município de Anita Garibaldi. Do ponto de vista historiográfico, seria impossível reunir dados que rendessem uma narrativa satisfatória sobre cada uma. Notada esta limitação, apresento a tabela 04. Esta tabela é um esboço com a relação das madeireiras citadas nas diversas entrevistas realizadas e nas fontes a que tive acesso, ou seja, é natural que ocorram divergências com relação aos nomes, datas e localização.

Tabela 04 - Madeireiras em Anita Garibaldi – SC, século XX.

Madeira e/ou proprietário(s)	Localização	Período de atividade (Déc. = Década)
Serraria Progresso	-	1902 – [?]
Izaltino Frescki	Arrozal	1960 - 1985
Irmãos Grassi S/A Sede em Curitiba - PR	Bairro da Gruta	1949 – 1956
Irmãos Paese Agro Industrial Anita Garibaldi Ltda. Ernesto Caspery, Plínio Paese, Celso Paese e Laurindo Paese	Marmeleiro Bairro da Gruta	1956 – déc. 1970
Madeira Granzotto	Próx. Praça Paulino	Déc. 1950 –

“Nevada”	Granzotto	1978
Irmãos Golin José Golin	Encruzilhada Golin	1942 - déc. 1960
Madeira Dexheimer & Filhos Felipe Lourenço Dexheimer e Filhos	São Vicente e Rincão da Gralha - Freguesia	1952 – 1985
Leopoldo Claudino e Artur Loeff	São Pedro da Barra do Tigre Vargem Quente	Déc. 1950 – 1960
Alcides Dias e Crescencio Siqueira	São Sebastião	Déc. 1950
Irmãos Thomazi Ltda.	Lagoa da Estiva	Déc. 1950 – [?]
Dionízio Manfredi	Pinheirinho	Déc. 1940 – 1950
Friedholdo Verguts e Cia. Alceno Grunitzki	Cachoeirinha	Déc. 1940 – 1980
Madeira Dal Pizzol e Dias Cia. Ltda. Ernesto Dal Pizzol	Praça Pinheirinho São Sebastião	1965 – déc. 1970
Madeira Irmãos Pagliosa Ltda. André e Osmar Pagliosa	Encruzilhada da Cachoeirinha	Déc. 1950 – 1980
Madeira Girassol Elias Rodrigues e João Pacheco	Bairro Borges	1973 - 1980
Madeira Maravai Olavio Maravai e Filhos	São Pedro Celso Ramos	1970 – 1978
Irmãos Silveira Em sociedade com dr. “Otho”	Barra Grande	Déc. 1940 – 1980
Madeira Fontana Angelin e Severino Fontana	Santo Antonio Celso Ramos	Déc. 1980
Reflorestamento Novo Sul Laurindo Paese	Novo Sul - Celso Ramos	Déc. 1980 – 1990
Campolim José de Mattos	Rosário Colônia Pacheco	1954 – 1972
José Cóser “Bepão”	Cachoeirinha e São Vicente	1945 – [?]
Armindo Forest	Cachoeirinha	Déc. 1950 – 1960

Pandolfo S/A Industria e Comércio de Madeiras	Portões e Flor Azul	Déc. 1950 – 1960
João Arides Mattos	Rosário	Déc. 1970
José Mattos Severino	Colônia Pacheco	Déc. 1950 – 1966
Waldemar Gödel	Lagoa da Estiva	-
Madeiraira Bairro Alto Neri, Antonio e Idézio Schoenardie	Boa Vista	Déc. 1970 – 2008
Domingos Savaris e Vitor Paganin Cia. Ltda.	Cachoeirinha	-
Madeiraira DL Lori Lopes de Abreu	Praça	Déc. 1980 até 1992
Madeiraira Dal Motta Darci Motta	Praça	Déc. 1980
Serraria Couto	Celso Ramos	Déc. 1950 - 1960
José de Tofol e Filhos	São Jorge	Déc. 1950 – 1960
Vitório de Mattia	Celso Ramos	Déc. 1970 – 1980
“Rizzon”	Portões	Déc. 1970
André e Ademar Guarda	Celso Ramos	Déc. 1980
Garibaldino da Silva	Bairro Borges	Déc. 1980
Valdir Fontana	Santo Antonio Celso Ramos	Déc. 1990
Jorge Peterle	Bairro Coopercampos	Déc. 1990
Idézio Schoenardie	Bairro Borges	Até a déc.1990
Afonso de Mattia	Praça	[?] - déc. 1990
Albino Montemezzo	Lagoa da Estiva	-
Firma Madeiraira Santa Isabel Ltda.	Santa Isabel	-
Vino Moura	Lagoa da Estiva	-
Serraria Bepeto	Celso Ramos	-
Ivo Schenkce	-	-
João Fabris	Celso Ramos	-
Madeiraira Ouro Verde	-	-
Hanibal Wolff	-	-
Hildo Corso	-	-

Edilson Pacheco	Santo Antonio Celso Ramos	Déc. 2000
Madeira Zote	Bairro Coopercampos	Déc. 2000
Altamiro Pacheco	Bairro Borges	Déc. 2000

Fonte: Tabela produzida com base nas entrevistas referenciadas neste livro.

Durante o século XIX e o início do século XX o tempo gasto no corte e derrubada das árvores era maior em razão do equipamento utilizado. Apesar da Alemanha fabricar um modelo de motosserra desde os primeiros anos do século XX, a motosserra portátil com motor a gasolina só foi utilizada na região serrana de Santa Catarina em fins da década de 1960. Porém, a falta de tecnologias mais avançadas não afetava o mercado madeireiro devido a demora na produção ou falta de madeiras. Durante o século XX as tecnologias disponíveis para o setor madeireiro foram se aperfeiçoando, possibilitando a redução de tempo na produção de madeira e dispensando demasiada mão-de-obra. O uso de máquinas como tratores e motosserras eram diferenciados em cada serraria, sendo que os pequenos empreendimentos pouco acesso tinham a estes equipamentos. Todavia, com melhores estradas, uma possível via férrea e equipamentos mais modernos já utilizados na Europa, a exploração das araucárias teria sido ainda mais rápida e a devastação ocorreria mais cedo na serra catarinense. De acordo com Marlon Brandt:

O aumento da capacidade de transporte dos caminhões e a introdução de motosserras e tratores para arrastar as toras na mata, substituindo as juntas de bois, foram fatores importantes para a ampliação da devastação das florestas nesse período. (BRANDT, 2012, p. 223).

Não havia disponibilidade de energia elétrica que fosse suficiente para atender a demanda da crescente indústria madeireira. Na verdade, a própria sede urbana de Anita Garibaldi tinha uma energia elétrica instável, produzida

por meio de uma pequena usina instalada no Lajeado dos Antunes. A tecnologia dos locomóveis e máquinas a vapor foram a saída adotada pelos madeireiros que não dispunham de energia elétrica para “tocar” as serrarias e outras fábricas de beneficiamento.

Figura 13 - Locomóvel a vapor utilizado na geração de energia para as madeireiras. Localidade de Santa Catarina, antiga Empresa Golin. Anita Garibaldi, 2002.



Acervo: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi - SC. Fotógrafo: Cristiano Gabiatti.

A pessoa que trabalhava na máquina que queimava a lenha era chamada de foguista, sobre seu trabalho sabemos que:

O foguista fazia fogo na máquina e cuidava para que ele desse força suficiente para a máquina trabalhar. Começava a trabalhar duas horas antes dos outros, era o primeiro que começava, pelas seis da manhã. A máquina tinha um forno, de cerca de um metro de diâmetro para não consumir muita lenha e concentrar o calor. (RIBEIRO & POZENATO, 2005, p. 156).

Os trabalhadores, ou operários das serrarias, cortavam o pinheiro usando um traçador (serrote com dois cabos), sendo que as motosserras só começaram a ser usadas na década de 1970. Geralmente, iam para o serviço às 04 da manhã e só paravam no início da noite. Ao meio dia paravam cerca de duas horas para descansar, no mato ou onde estivessem trabalhando, pois já levavam a comida pronta de casa ou cozinhavam no local onde estivessem acampados. Sobre a derrubada de pinheiros, Cláudio Silveira aponta que:

A expressão “abater” o pinheiro é muito comum na história da madeira araucária da Serra Catarinense. Etimologicamente, parece conter a significação do abate de um ser animal. Algumas fotos de grandes pinheiros exibem os cortadores ao lado da árvore abatida assim como o caçador ao lado da fera liquidada. Conseguir abater um ser tão grande e imponente confere uma medida de “poder” para o cortador. (SILVEIRA, 2005, p. 43).

Para a derrubada de uma araucária, fazia-se um talho a machado de um lado do tronco, para que servisse de guia para a direção da queda da árvore; depois, do outro lado, punha-se o serrote, um pouco acima do nível do talho do machado, e começava-se a serrar. Os serradores ficavam agachados, o que era muito cansativo. Quando o serrote estava no meio do diâmetro do pinheiro, era colocada uma cunha, para não deixar que o tronco caísse para trás, caso ocorressem ventos fortes. Esta cunha de ferro era batida com o malho (marreta de ferro). A cunha também servia para que o peso do pinheiro não pesasse no serrote, impossibilitando o corte; o serrote ficava lá dentro, só era retirado quando caía o pinheiro. O trabalhador que praticava a derrubada tinha que ter prática e muito conhecimento no tombo do pinheiro, para que evitasse eventuais acidentes. Celeste Gobatto aponta a trajetória e os fins da madeira de araucária nas primeiras décadas do século XX:

Abatido o pinheiro a machado, seu tronco é dividido com o serrote manual em pedaços de 5,50 metros que, sobre carretas

ou diretamente arrastados por fortes juntas de bois, vão terminar sob o robusto dente da serra vertical que os reduz a traves, listões, tábuas ou a outro material de construção. (GOBBATO, 1925, p. 203).

Após a derrubada eram feitas as toras com três tipos de comprimento: 5,40 m (a medida mais frequente), 4,20 m ou 3,20 m. Usava-se uma ripa ou metro para fazer a medição. Segundo informações de Olivo Martins Schoenardie, as toras brutas eram cortadas com cerca de 5,50 metros, pois, através do “destopo”, as tábuas tinham suas pontas aparadas para emparelhamento ficando padronizadas na medida de 5,40 m. Utilizava-se a unidade de medida de comprimento *pés*, sendo que cada *pé* equivale a 12 polegadas ou 30 cm. As tábuas tinham as seguintes conversões: 5,40 m = 18 *pés*; 4,20 m = 14 *pés*; e 3,20 m = 11 *pés*. A dúzia também era uma unidade de medida, usada para calcular a quantidade da madeira. Cada dúzia equivalia a 09 tábuas de 5,40 m de comprimento (ou 12 tábuas de 4,20 m; ou 15 tábuas de 3,20m.) x 30 cm de largura x 2,5 cm de espessura. Em média, cada pinheiro de grande porte rendia 10 dúzias de madeira, com alguns exemplares podendo chegar a 18 dúzias ou mais. (SCHOENARDIE, 2014).

Após ser serrada em toras, a araucária era trabalhada pelos descascadores, que com machados falquejavam a madeira para deixá-la livre da casca:

Haviam pessoas práticas para fazer esse trabalho, que descascavam 10, 12, até 20 toras por dia, dependendo da grossura do pinheiro. Para descascar, usava-se o machado: iniciava-se com um corte no alto da tora e depois, metendo-se o machado entre a casca e a madeira, saíam lascas inteiras da casca. A casca da parte de baixo do tronco era removida no arrasto. O pinheiro chegava na serraria totalmente descascado. (SILVEIRA, 2005, p. 157-158).

As toras, após a limpeza, eram cortadas em toras menores. Desde o início da extração das araucárias até o uso de novas tecnologias - como o trator, as toras eram puxadas do mato até os estaleiros por juntas de bois:

As toras eram transportadas do mato até o estaleiro por duas ou três juntas de boi, uma atrás da outra, encordoada. A junta era um par de bois, unidos por uma canga de madeira: não era qualquer madeira, tinha que ser madeira especializada, a sete-sangrias ou soita (açoita-cavalo), porque é madeira leviana e forte. Porque a madeira não pode ser muito pesada no pescoço do boi, senão ele cansa muito. (SILVEIRA, 2005, p. 158).

Figura 14 - Juntas de bois utilizadas no arraste de toras.
Localidade de Arrozal. Anita Garibaldi, ± 1962.



Acervo: Ilbe de Bona Sartor. Lages, SC.

Os bois levavam as toras até o estaleiro, que era uma armação feita com troncos de árvore, formando um patamar da altura da carroceria do caminhão para este ser carregado.

A partir da década de 1960, sobretudo nas décadas seguintes, o transporte das toras passou a contar cada vez mais com equipamentos que

otimizavam a produtividade de madeira. Segundo informações de Elias Oliveira da Silva, que trabalhou no transporte de madeira entre 1978 e 2004, neste período as toras de pinheiro eram arrastadas do mato até o estaleiro utilizando-se cabos de aço. Amarrava-se um cabo circular na tora, e depois engatava-se o cabo do trator-guincho para arrastá-la até o estaleiro. As toras eram estaleiradas de forma que facilitasse o carregamento do caminhão-reboque. Cada viagem geralmente levava 05 toras de pinheiros, que permaneciam fixas na carroceria do caminhão através de trilhos de ferros no assoalho – onde a “madeira verde” pesava e cravava – e grampos de ferro para que as toras ficassem unidas e não rolassem. (SILVA, 2014).

Na frente da serraria havia a cancha, que era um pátio amplo. Ali eram descarregadas as toras para serem roladas para dentro da serraria e serem colocadas na grade, para serem serradas. A partir daí o processo da madeira, conforme pesquisas de Ribeiro e Pozenato, geralmente era o seguinte:

Serravam-se primeiro os lados das toras, tirando as costaneiras. Desse “cepo” eram então feitas as tábuas. [...] As tábuas saíam com a grossura de uma polegada e largura variada, de acordo com o diâmetro utilizável da tora. Depois essas tábuas iam para a “refiladeira”, onde era padronizada a largura em 30 cm. Do refil que sobrava era feito outro tipo de aproveitamento: aduelas, ripas. Uma vez prontas, as tábuas eram “gradeadas” fora da serraria, para secar. A gradeação era entrecruzada, fazia-se um quadro simétrico, e fazia-se uma pilha de 2 a 3 m de altura, ponhando uma a par da outra e deixando um vãozinho para poder entrar ar no meio. A madeira ficava assim por seis meses ou até um ano, se não fosse vendida logo, ou seja, a partir de dois meses, quando já estava seca. (SILVEIRA, 2005, p. 160).

A serra *tissot* era utilizada para a produção da madeira grossa, de 05 m de diâmetro, usada, por exemplo, para fazer assoalho de ponte. Do pavilhão coberto da serraria saíam dois trilhos pequenos de ferro, chamados *estrandal*, por onde era empurrado o *trol* – um carrinho próprio para colocar a madeira serrada, duas dúzias de tábuas por vez, em média – e levadas para ser

empilhada. As pilhas eram feitas com um sarrafo entre uma tábuas e outra, para ventilar, enxugar e secar.

Figura 15 - Fulvio Ferri trabalhando com serra-fita. Madeireira Pagliosa. Anita Garibaldi, ± 1982.



Acervo do autor.

Observamos na figura 16 o pátio da Serraria Irmãos Thomazi Ltda., que estava localizada no atual distrito de Lagoa da Estiva. Neste pátio as tábuas de madeira eram estaleiradas para secarem e aguardarem o transporte. E, na figura 17, as tábuas de madeira de pinheiro sendo estaleiradas, isto é, empilhadas com espaçamento para secar no pátio da Madeireira Cia. Novo Sul.

**Figura 16 - Madeireira Irmãos Thomazi Ltda.
Distrito de Lagoa da Estiva. Anita Garibaldi, década de 1950.**



Fonte: SILVEIRA, 2005, p. 276.

Figura 17 - Madeireira Cia. Novo Sul. Anita Garibaldi, ± 1971.



Acervo: Família Maccari & Bona Sartor. Lages, SC.

A madeira beneficiada para exportação, destinada principalmente para a Argentina e Europa, era estocada e despachada pelo porto de Itajaí (SC), sendo

que alguns madeireiros utilizavam os portos de Porto Alegre (RS) e São Francisco (SC). De acordo com Graciano Martello:

Tinha madeireira que serrava dia e noite sem parar, 24 horas. Eu trabalhei numa madeireira que carregava num dia 40 caminhão desses grande de madeira comprida. Essas tábuas iam num caminhão reboque direto pra Itajaí ou Porto Alegre, e no porto descarregava. (MARTELLO, 2002).

O transporte da madeira ocupava muitos trabalhadores na região, como carregadores ou motoristas dos caminhões. A figura 18 apresenta uma fotografia típica do período, onde os encarregados pelo transporte da madeira posam junto a um caminhão carregado de toras.

Figura 18 - Caminhão carregado com toras. Anita Garibaldi, ± 1960.



Acervo: Escola de Educação Básica Padre Antônio Vieira. Anita Garibaldi, SC

As outras *madeiras de lei*, também conhecidas como *madeiras nobres*, foram extraídas – em pequena escala – ao mesmo tempo em que os pinheirais

eram derrubados. Porém, com o escasamento da araucária, cada vez mais as espécies latifoliadas foram aproveitadas pela indústria madeireira.

A expressão “madeira de lei” teve origem em uma lei promulgada no tempo do império. Não se tratava de uma definição técnica, pois se referia apenas às madeiras cujos cortes eram proibidos naquela época. No § 12 do art. 5º da Carta de Lei de 15 de outubro de 1827 consta que os Juizes de Paz de cada província eram encarregados da fiscalização das matas e de zelar pela interdição dos cortes das madeiras de construção em geral, por isso eram chamadas “madeiras de lei”. Conforme Cláudio Silveira:

Esse termo passou a ser utilizado no Brasil como sinônimo de madeira boa. A portaria normativa de IBDF, de nº 302/84, define, assim, “Madeira de Lei”: “Espécies de valor comercial, as quais são utilizadas principalmente em indústrias, como as serrarias, as fabricas de móveis, de compensados e de laminados, etc.” Já o “Dicionário do Engenheiro, 2ª edição, p. 403”, refere-se à “madeira de lei” como sendo: “madeira nobre, dura e resistente às intempéries, capaz de resistir ao ataque de insetos – cupins, brocas e fungos”. (SILVEIRA, 2010, p. 295).

De acordo com Ivanei de Lorensi, as principais espécies de madeira nobre da região de Anita Garibaldi eram: angico (designação comum a várias árvores dos gêneros *Piptadenia*, *Parapiptadenia* e *Anadenanthera*), cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), canela-lageana (*Ocotea pulchella* (Nees) Mez), canela-louro (*Ocotea Diospyrifolia*), cedro (*Cedrus libani*), açoita-cavalo (*Luehea grandiflora*), pessegueiro e marmeleiro – sendo estas espécies não frutíferas, e sim de valor para o extrativismo vegetal. Em razão da resistência dessas madeiras, eram vendidas para fábricas de móveis. O angico e a cabriúva eram chamadas de “madeiras de cerne”, sendo utilizadas como travas, palanques, pranchas para construção de pontes e na fabricação de carrocerias de caminhões. Existiam também as “madeiras de tabuado”, que eram espécies ditas não muito nobres, destinadas para a produção de tábuas; dentre as espécies estão: canela-guaicá (*Ocotea puberula*), camboatá / pintado (*Matayba*

eleagnoides), canela-preta (*Ocotea catharinensis*), sapopema (*Sloanea retusa*), juveve (*Zanthoxylum rhoifolium*), sucará (*Dasyphyllum spinescens* (Less) Cabrera), caúna (*Ilex Brevicuspis*), carne-de-vaca (*Clethra scabra Pers*), vassourão (*Eupatorium discolor Spreng*), bracatinga (*Mimosa scabrella*), corticeira (*Erythrina crista - galli L.*), leiteiro (*Sapium glandulatum* (Vell.) Pax), guamirim (*Myrcia multiflora* (Lam.) D.C.), e pimenteira (*Schinus terebinthifolia*). A madeira destas espécies de pouco valor comercial servia, por exemplo, para a fabricação de caixotes para o transporte de cargas. (LORENSI, 2014).

**Figura 19 – Caminhões carregados com toras de cedro.
Madeireira DL. Anita Garibaldi, década de 1980.**



Acervo: Auri Pedro Grunitzki. Anita Garibaldi, SC.

Segundo Elias Lameu Rodrigues, primeiramente o transporte da madeira beneficiada era realizado com caminhões reboque, e, em seguida, começaram a ser utilizados os caminhões truck, que tinham maior capacidade de carga. Os caminhões tinham que ser fortes, por isso se escolhiam caminhões das marcas

Ford e Mercedes Benz. Cada viagem levava em média 35 dúzias de madeira, o equivalente a 420 tábuas de 5,40 m de comprimento. De modo geral, as serrarias contavam com caminhoneiros contratados para o transporte, podendo os caminhões serem da empresa ou não. Muitas madeireiras também contratavam fretes, conforme a necessidade. (RODRIGUES, 2014).

A indústria madeireira teve grande impacto econômico na região deste estudo, ocasionando o desenvolvimento do comércio e serviços, além, claro, da produção de madeiras. Pode-se afirmar, com segurança, que a atividade das indústrias madeireiras foi responsável pela própria configuração sócio-espacial de Anita Garibaldi no século XX.

3.3 Aspectos Econômicos

As florestas de araucárias e madeiras de lei do município de Anita Garibaldi foram capitalizadas, isto é, foram exploradas sob o ponto de vista econômico, visando-se obter lucro através da produção de madeira.

Notamos que o desenvolvimento da indústria madeireira na região serrana ocorreu tanto pela abundância de florestas como pelo interesse empresarial em extraí-las. As regiões do planalto e do meio oeste de Santa Catarina constituíram-se em produtoras de papel, pasta a base de celulose e madeira. Ou seja, a indústria madeireira predominava nesta região e influenciava os rumos de sua ocupação, de seu desenvolvimento econômico e, por consequência, de seu desmatamento.

Para os proprietários de terras, colonos e fazendeiros, a atividade madeireira surgiu como uma nova fonte de renda, sem muito custo e com grande rentabilidade. Os fazendeiros e colonos vendiam os pinheiros e os madeireiros se encarregavam das derrubadas e transportes até as serrarias, ficando o proprietário da terra com o terreno limpo para aumentar a criação de animais ou fazer lavouras.

Em 1946 a madeira já era a 3ª mercadoria, em grau de importância, no comércio exterior do Brasil. Entretanto, a indústria madeireira, entre as indústrias de pequeno porte, é uma das que mais facilmente podia-se esconder do controle fiscal. Devido ao seu isolamento na floresta, com frequência estas indústrias atuaram na clandestinidade. Diante disto pode-se afirmar que jamais se soube ou se saberá o que foi realmente produzido em madeira no Brasil.

Observamos na tabela 05 o crescimento da contribuição das madeiras nas exportações do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1945 e 1970.

**Tabela 05 - Participação da madeira no total das exportações.
Santa Catarina, 1945 – 1970.**

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%) DA MADEIRA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES, 1945 A 1970.			
ANO	PARTICIPAÇÃO	ANO	PARTICIPAÇÃO
1945	67,5	1958	67,0
1946	54,3	1959	77,2
1947	49,1	1960	68,4
1948	61,6	1961	72,2
1949	59,3	1962	75,1
1950	60,0	1963	88,0
1951	60,7	1964	73,3
1952	60,6	1965	79,0
1953	74,3	1966	79,0
1954	66,8	1967	83,4
1955	64,0	1968	81,7
1956	62,0	1969	71,0
1957	78,1	1970	52,6

Fonte: GOULARTI FILHO, 2002, p. 146.

No valor das exportações de Santa Catarina, o produto que mais gerava capital era a madeira, sendo a Argentina o maior comprador. Este padrão, iniciado na década de 1940 com a intensificação da produção de madeira, manteve-se até, pelo menos, a década de 1970.

Na região Serrana, conforme observou Goularti Filho:

Durante a década de 60, a região de Lages foi a maior produtora de madeira de Santa Catarina e uma das maiores do país, um verdadeiro el dorado. A extração da araucária foi um “milagre” que tirou a região serrana da estagnação econômica, do abismo em que estava mergulhada desde o fim do tropeirismo. No auge do ciclo da madeira no planalto serrano, Lages chegou a responder por 12% do ICM arrecadado no Estado. Foi uma euforia. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 258).

A indústria madeireira gerou uma série de atividades urbanas que movimentaram a economia serrana, destacando-se o comércio de peças e componentes para caminhões, em decorrência das grandes frotas de carretas que partiram de Lages, para todo o país, transportando toras e madeira beneficiada. Ainda hoje, por motivos de logística e localização geográfica, a cidade de Lages possui centros de distribuição de diversos produtos para a região Sul do país, como bebidas e autopeças.

Diversos foram os destinos que a madeira da serra catarinense seguiu, cerca de sessenta milhões de pinheiros. Além do consumo no local e no mercado interno brasileiro, uma parte foi exportada, legal ou ilegalmente, para a Argentina; outra parte foi exportada para a Europa; e uma quantidade imensa foi para a construção da cidade de Brasília. Por muitos anos, 700 caminhões, somente da empresa Batistella, transportaram diariamente madeira para a construção da nova capital federal no cerrado brasileiro. Segundo Auri Pedro Grunitzki muita madeira foi despachada para Brasília, principalmente a “madeira de quinta”, que era a madeira de pouca qualidade, destinada a construção civil. Se antes cada pinheiro produzia duas grandes toras, com o advento da construção da nova capital os madeireiros aproveitavam tudo que era possível de cada araucária, derrubando inclusive os pinhais mais jovens. (GRUNITZKI, 2013). Existe ainda no imaginário da população que, neste período, foi de Anita Garibaldi que saíram as madeiras para a construção de Brasília, significando que o município participou de forma intensa para o progresso da Nação.

Na figura 20 temos a fotografia de uma etapa da construção da Igreja matriz Santa Bárbara, onde aparecem os andaimes em madeira.

Figura 20 - Construção da Igreja Matriz Santa Bárbara. Anita Garibaldi, 1959.



Acervo: Paróquia Santa Barbara. Anita Garibaldi, SC.

Entre os benefícios da indústria madeireira no período tem-se o crescimento do distrito e com isto diversas melhorias, como a criação do Colégio Santa Maria Goretti, a construção do Hospital Frei Rogério e da Igreja Matriz, bem como o movimento político pela criação do município. A segunda metade da década de 1950, período da construção da Igreja Matriz de Anita Garibaldi, representa um período de euforia econômica para o local. A quantidade de madeira doada pelos empresários à esta construção impressiona, afinal, muitos recursos foram necessários para a concretização das grandes dimensões projetadas neste templo, chamando atenção a altura de sua torre, estando entre as maiores do Estado de Santa Catarina.

Geralmente, um trabalhador de serraria ganhava um salário-mínimo mensal. Poucas pessoas, como era o caso dos serradores, ganhavam mais que isso. Alguns conseguiram comprar um pedacinho de terra, mas a maioria não conseguiu fazer capital. Não podiam adquirir muita coisa, apenas trabalhavam para as despesas básicas. Terminado o ciclo da madeira, a maioria dos que trabalhavam nas serrarias foram embora. Os que ficaram passaram a trabalhar na agricultura ou foi para as periferias dos núcleos urbanos. Muitos trabalhadores, quando foram se aposentar, não possuíam tempo de serviço suficiente nas serrarias, e tiveram que se aposentar pelo fundo rural.

A euforia da indústria madeireira durou enquanto havia pinheiros para extração. Com o esgotamento das reservas florestais de araucária e a proibição do corte a região serrana entrou em uma grande regressão econômica que até o momento busca novas possibilidades de crescimento. A região que durante as décadas de 1950 e 1960 foi o maior pólo de atração de migrantes, nas décadas seguintes tornou-se o maior pólo de repulsão populacional do Estado.

Segundo Alcides Goularti Filho, em função do esgotamento das reservas, das restrições do IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – incorporado pelo IBAMA em 1989) e do não reflorestamento paralelo, o período após 1970 é marcado pela decadência das atividades madeireiras e, consequentemente, da economia serrana na sua totalidade. Com a regressão econômica, muitas serrarias transferiram-se para a região Norte ou para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Outras madeireiras trocaram de ramo, indo para outros setores como o alimentício, ou simplesmente fecharam. Ainda conforme Goularti Filho:

Após a queda das atividades madeireiras não houve uma diversificação industrial capaz de manter e expandir a renda regional. Na época do auge da madeira, muitos madeireiros aplicavam seus lucros na compra de novas reservas de pinheiros, sempre renovando o estoque. Não houve uma preocupação da burguesia local em diversificar o próprio setor

madeireiro (móveis, compensados, papel e celulose). (GOULARTI FILHO, 2002, p. 258).

Ou seja, mesmo com a atividade madeireira iniciada na década de 1940, não ocorreu a transformação do capital mercantil e industrial, e a base da economia serrana ainda era o extrativismo vegetal predatório e primitivo.

Na década de 1970 os madeireiros já haviam extraído as araucárias de maior porte, e, para abastecer suas serrarias, compravam pinheiros de terceiros. Diante da alta valorização do “pinhal em pé”, iniciaram a derrubada dos pinheiros jovens, até que estes também rarearem. A produção, então, caiu vertiginosamente, pois o custo da matéria-prima “pinheiro” atingiu níveis absurdos, com tendência ainda de alta, devido a pouca oferta da mesma. Isto fez com que as madeiras serradas subissem na mesma proporção, atingindo níveis de 120% de acréscimo ao ano. O encarecimento da madeira de pinho fez com que o mercado se retraísse, abrindo perspectivas para produtos de outras espécies, as latifoliadas, e logo a seguir, das árvores exóticas, como o pinus.

A atuação de diversas madeireiras em Anita Garibaldi, que eram vistas como um importante fator de crescimento econômico, acabou por exaurir praticamente todas as reservas florestais economicamente viáveis. De acordo com Auri Pedro Grunitzki, a década de 1970 é o marco final da exploração da araucária, devido a falta de pinheiros e a burocracia imposta aos madeireiros. Neste mesmo período as madeiras latifoliadas foram aproveitadas pela indústria, inclusive para fabricação de móveis, aberturas e demais produtos. (GRUNITZKI, 2013).

O processo de burocratização da atividade extrativista vegetal teve seu desenvolvimento ao longo de décadas, quase sempre guiado por órgão federais e/ou estaduais. Segundo Eunice Nodari, desde a Constituição de 1934 se prevê em lei a proteção ambiental. A partir daí, o Estado de Santa Catarina promulgou em 1938 o Decreto-Lei n. 132, determinando providências em defesa do patrimônio florestal. Dentre as exigências deste Decreto-Lei estava a

obrigatoriedade de registro para as serrarias, e, no caso de descumprimento, estas poderiam ser multadas e ter sua madeira impedida de ser vendida ou exportada.

Em 1941 foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP), órgão que representava os interesses dos empresários madeireiros. Suas finalidades eram: fomentar o comércio do pinho, fixar seu preço no mercado, estabelecer as normas de funcionamento das madeireiras, fiscalizar e punir os infratores e promover o reflorestamento. As reivindicações de muitos madeireiros foram expostas por meio do INP, observamos na publicação de 1950 do Jornal Região Serrana que:

As dificuldades que enfrenta atualmente a classe madeireira do Estado reside na falta de financiamento dos estoques. Num momento como o presente, de aperturas financeiras, como o mercado argentino impossibilitado de realizar compras no Brasil, por razão interna dos compradores e pela falta de divisas, nada mais justo que o governo acudir a indústria da madeira, facilitando os meios de subsistência para que possa superar a crise. (REGIÃO SERRANA, 1950).

O Serviço Florestal do Estado (SFE) foi criado em 1948, tendo por finalidade proteger as florestas do Estado por meio de formação, fomento, proteção e melhor utilização dos recursos vegetais. Porém, nas palavras de Eunice Nodari “o problema não estava na falta de legislação e sim na aplicação das mesmas e ainda na falta de uma opinião pública atuante na defesa da preservação e do reflorestamento.” (NODARI, 2011, p. 102).

Com o escasamento das araucárias e das espécies latifoliadas, não foi realizada a recomposição da floresta, mas sim o plantio de espécies exóticas dos gêneros Pinus ou Eucalipto. O próprio governo do Estado de Santa Catarina quando produziu projetos de reflorestamento, levou em consideração aspectos meramente financeiros, já que se buscava a praticidade para tal empreendimento.

A partir da década de 1980 apareceram na paisagem de Anita Garibaldi diversas áreas de reflorestamento de pinus, destinados para a produção de madeira e seus subprodutos. Samira Moretto aponta que:

Os pinus ssp são espécies coníferas que se desenvolvem bem em diferentes tipos de solo e são germinados com pouquíssimas exigências nutricionais. Aos dez anos de idade já atingem 10 metros de altura e 17 centímetros de diâmetro. Quando atingem o porte adulto chegam a ter até 30 metros e 100 centímetros de diâmetro. (MORETTO, 2010, p. 173).

Na tabela 06 observamos a importância da produção de pinus e eucalipto junto a outras culturas vegetais do município de Anita Garibaldi.

Tabela 06 - Produção vegetal do município de Anita Garibaldi, 2004.

PRODUÇÃO VEGETAL DO MUNICÍPIO			
CULTURA	PRODUTORES (Nº.)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (T)
<i>Maça</i>	01	2	57
<i>Uva</i>	20	12	20
<i>Feijão</i>	900	3489	2512
<i>Milho</i>	1200	6000	14400
<i>Soja</i>	5	100	270
<i>Cebola</i>	22	4	64
<i>Pinus</i>	450	2500	-
<i>Eucalipto</i>	80	200	-
<i>Moranga</i>	11	18	180
<i>Pastagem naturalizada</i>	400	3000	-
<i>Pastagem anual</i>	400	3000	18000

Fonte: BAESA, 2004, p. 27.

Apesar dos malefícios ao ambiente causados por essa espécie exótica, o pinus representa uma renda para muitos proprietários de terra do município. Na obra “*História da Indústria da Madeira*”, Claudio Rogério Silveira apresenta uma narrativa que legitima as ações das madeireiras sem uma preocupação

contundente com as implicações ambientais desta atividade. Notado este interesse da obra em produzir uma história da visão dos empresários madeireiros, as palavras do autor servem para refletir sobre a interação entre sociedade e natureza no planalto serrano, pois:

A busca de uma visão retrospectiva equilibrada sobre a história da indústria da madeira na Serra Catarinense não poderia ser alcançada sem o conhecimento de quem são esses madeireiros! A partir disso, se desmistifica o olhar bitolado dirigido ao setor. Apesar da histórica rudeza associada ao madeireiro, por preconceito ou não, ele é um ser do planeta, “colado” à sociedade que interage com ele nos lucros e prejuízos. O madeireiro é tão responsável pelo que faz ao meio ambiente como toda a sociedade o é também. É assim que funciona a sociedade. Alguns olham para o material, outros olham para o social e outros olham para o meio ambiente. Todos “brigam” e todos, nessa conjuntura, são elementos necessários e complementares dessa sociedade. A preocupação é o equilíbrio de forças! A contribuição que a história proporciona nisso é a visibilidade da amplitude contextual que constrange e inibe uma visão única, determinista. (SILVEIRA, 2005, p. 439).

O período de atuação das indústrias madeireiras em Anita Garibaldi, entre as décadas de 1940 e 1980, não produziu apenas madeiras. Produziu também a própria configuração histórica e social da região no século XX. Neste contexto, a interação entre a sociedade e o ambiente deve ser entendida além do aspecto estritamente econômico, mas também compreendida em seus aspectos culturais.

CAPÍTULO IV

MEMÓRIAS DE UMA ÉPOCA

O período da extração madeireira em Anita Garibaldi ainda está vivo nas lembranças da população local e dos envolvidos com esta atividade. Até mesmo os sujeitos que não estavam diretamente ligados a indústria madeireira recordam o período como um ciclo econômico fundamental para a formação do município. Neste último capítulo apresento alguns aspectos socioculturais da população da região, incluindo o município de Celso Ramos, que pertenceu à jurisdição de Anita Garibaldi até o ano de 1989.

O século XX constitui-se num período privilegiado para análise histórica, em razão da diversidade de fontes existentes. Através da História Oral podemos obter aspectos da memória dos entrevistados e compreender melhor algumas ações de épocas passadas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico e utiliza-se de instrumentos criados e compartilhados pela sociedade. Portanto, as lembranças podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas.

Na região estudada não existe uma homogeneidade predominante do ponto de vista sociocultural. Ou seja, os costumes que compõem os aspectos culturais da região não são compartilhados por todos os habitantes, nem tão pouco se fundiram a ponto de formar uma cultura própria. Apesar da manutenção de algumas práticas étnico-culturais, os costumes indígenas, caboclos, ítalo, teuto e luso-brasileiros coexistem num mesmo cenário social, evidenciados através das festividades, dos matrimônios e do convívio interétnico de modo geral.

Alguns moradores antigos recordam dos tropeiros e das tropas de mulas que percorriam a região. Os tropeiros transportavam animais e mercadorias,

fazendo a comunicação das fazendas e dos povoados com os centros urbanos. Foram os tropeiros que auxiliaram as viagens dos imigrantes e migrantes de origem italiana das colônias do Rio Grande do Sul e do Sul de Santa Catarina para o território entre os rios Canoas e Pelotas. Através de um trecho da música “Tropeiro de Mula”, composta por Domingos Minosso, pode-se observar que os tropeiros tiveram participação na vinda dos colonos, pois, além de outros detalhes, tinham o conhecimento dos caminhos.

Sinhozinho Vadoca, tropeiro de mula, uma tropa de mula tinha pra viajar. Pegava a mulada, ponhava no cargueiro e até mudança ele ia buscar. Até meu avô que veio da Itália foi este tropeiro que trouxe pra cá. Muitos italianos de Serra-abaiixo aqui em Celso Ramos ele trouxe morar. Chegava com as mulas na beira do rio, até muitas vezes tinham que nadar. Não tinha estrada, só tinha carreiro, uma atrás da outra tinham que andar. O João Carneiro e o seu ajudante abriam as porteiras pras mulas passar. Até o meu pai que era um gaúcho foi esse tropeiro que foi buscar. Fez um ranchinho na beira do rio, de pau a pique pra ele morar. E quando chegava bem de tardezinha pegava o anzol e ia pro rio pescar. E nos domingos com seus companheiros pegava os cachorros e ia no mato caçar. (MINOSSO, déc. 2000).

De acordo com o depoimento de José Comin, os primeiros que vieram colonizar a região podem ser considerados os mais corajosos. O local era uma floresta densa povoada por diversos animais, entre os quais: bugios, catetos, veados, baitacas, papagaios e tirivas. Alguns colonos vieram conhecer as terras, interessados numa possível migração, mas acabaram exclamando: “nem depois de morto!”. Apesar das dificuldades inerentes a qualquer ação migratória, no ano de 1934 iniciou-se a colonização do atual município de Celso Ramos com famílias de origem italiana vindas do Sul de Santa Catarina. (COMIN, 2012).

Na década de 1930, apesar da existência das pequenas serrarias movidas com a força d’água, sobretudo em Anita Garibaldi, os colonos do atual município de Celso Ramos não dispunham de serrarias para serrar e beneficiar a madeira, então era comum que os pinheiros derrubados fossem utilizados

para cercar as roças e, de forma rústica, servissem para a construção. José Comin relembra deste período:

Derrubava e daí lascavam os pinheiros. O falecido meu pai, eu me lembro, e mais gente lascavam os pinheiros. Derrubavam os pinhais e fazia valetas. Socavam as tábuas lascadas, em cima, e pregavam ou amarravam com cipó, assim né. Até vim as serraria, porque ainda não tinha. (COMIN, 2012).

Ivo Delorenzi, outro migrante da região, também relata os trabalhos de arroteamento para que a terra pudesse ser cultivada:

Na lavoura, naquele tempo, se destocava a terra a braço. Se arrancavam os tocos menores a troco de descascar as raízes com a enxada, depois com o picão, e com o machado para cortar as raízes. Às vezes queimavam os pinheiros, secavam, apodreciam ali mesmo. Era fartura de pinhal que nós nem pensávamos que um dia fosse ficar assim. E daí, nessas terras de campina, de campestre, arrancava-se guamirinzal e outros matos para destocar a terra para plantar mandioca. Mas depois de bem cultivada a terra dava até arroz e milho. E então, os tocos maiores nós fazíamos um fogo de nó de pinho ao redor que secava e apodrecia. (DELORENZI, 2012).

As pedras, abundantes em muitos locais, serviram para cercar as propriedades através da construção de taipas, pois os arames tinham custo elevado e por vezes nem se encontravam a venda no comércio. Em alguns casos, puxavam-se pedras de longe com um carro de boi, em outros casos aproveitavam-se as pedras existentes na área a ser feita uma lavoura ou nos poteiros. Há um dizer popular afirmando que “gringo enquanto descansa, constrói taipa.” Corroborando ao que é dito popularmente, é visível na região

esses muros contínuos feitos com pedras empilhadas, constituindo-se num verdadeiro patrimônio material da paisagem interiorana de Anita Garibaldi.

José Comin observa a falta de estrutura encontrada pelos colonos e as readaptações que passaram na nova terra:

Nem moinho não tinha! Ficamos quase um ano sem comer polenta, e italiano não pode ficar sem comer polenta! Então, quando deu o primeiro milho, a minha nona Joana pegou a primeira espiga de milho, e, com o ralador, ralava em volta. Ponhava no sol e enxugava, depois penerava e fazia polenta... tudo isso de pressa, para poder comer! (COMIN, 2012).

Notando as necessidades do novo local, muitos colonos instalaram moinhos e serrarias movidos com a força d'água para processar produtos como o milho e a madeira. Ivo Delorenzi informa que:

Esses nossos migrantes italianos tinham um saber de fazer indústriazinhas tocadas com água, em quedas da costa do rio, no Pelotas e no Canoas. Tocavam engenho de cana-de-açúcar, atafona de farinha de mandioca, moinho pra moer milho e trigo, monjolo pra descascar arroz, e serrarias tocadas a água. Não tinha outros meios, então era desse jeito: movido com água. (DELORENZI, 2012).

O governo do presidente Getúlio Vargas (1937 – 1945), também conhecido como Estado Novo, executou uma série de medidas visando a integração dos imigrantes e seus descendentes com a população e com a cultura brasileira. Em 1938 o governo nacionalizou o ensino, obrigando as escolas a utilizarem apenas a língua portuguesa. Em 1939 proibiu-se a fala de idiomas estrangeiros em público, inclusive durante as cerimônias religiosas. Os meios de comunicação também foram afetados, com a censura de programas de rádio e as restrições e, em seguida, a proibição definitiva da imprensa em língua estrangeira. As associações culturais e recreativas tiveram de encerrar todas as atividades que pudessem estar associadas à culturas estrangeiras. Os

nomes de clubes, associações, ruas, letreiros e cartazes das lojas e fábricas foram modificados e/ou portuguesesados.

Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi intensificada a repressão às nacionalidades ligadas aos países do Eixo: japoneses, alemães e italianos. Algumas das restrições impostas foram: a necessidade de autorização para viajar dentro ou fora do país; a apreensão e destruição de livros, revistas, jornais e documentos, ocasionando a perda de uma parte importante da memória histórica da imigração; e a eventual prisão daqueles que não falassem o português. Natalino Fabris recorda a perseguição sofrida neste período:

Muitos italianos foram amontoar pedra em volta da igreja, outros foram arrancar toco em volta da estrada, e outros foram depor em Lages. Só que apanhar mesmo como contam os alemães nós não apanhamos, e nem davam óleo de caminhão para tomar. Aqui não aconteceu isso; mas perseguidos nós fomos. (FABRIS, 2003).

Com certa prudência ao falar do período, José Comin conta-nos um fato ocorrido:

Foi um tempo que não podia falar italiano, era proibido falar estrangeiro. Então tinha as autoridades aqui em Santo Antônio que cuidavam dos gringos que falassem em italiano. E o velho Giuseppe Ferri, Joanin Ambrosio e tal de Pedro Grassi fizeram uma cantiga em italiano. Tomaram um vinho e saíram contando por aí... ah, denunciaram. Fizeram os três ir bater picareta lá no Pandolfo. Fazer estrada, os três. (COMIN, 2012).

Apesar de atualmente ser otimista quanto as relações entre os descendentes de italianos e indivíduos de outras etnias, Ivo Delorenzi reconhece que nos primeiros anos da colonização a convivência interétnica não foi fácil:

Olha, a relação foi um pouco difícil, porque naquele tempo ficou proibido dos italianos falar italiano, e eles [os brasileiros] meio provocavam, dizendo que os gringos não sabiam nada, que eram ignorantes, não sabiam nem falar. Então foi difícil de se entrosar por uns tempo. Hoje em dia já não é mais. Hoje é tudo que nem uma irmandade. Pode ser tudo igual: gringo, nego, somos todos de sangue vermelho! (DELORENZI, 2012).

Desde a formação da colônia, em 1900, até a década de 1940 a região de Anita Garibaldi apresentava-se como um típico sertão do interior catarinense. Ao mesmo tempo em que os colonos dinamizavam a economia local com seu modo de produção diversificado, ainda predominavam na região os costumes da população cabocla e o sistema de criação de animais em fazendas. Nestas propriedades, em sua maioria de grandes extensões, os fazendeiros de origem luso-brasileira chegavam a possuir dezenas de peões. Era comum que os peões fossem agregados, isto é, morassem na propriedade e pagassem a moradia e o uso da terra através do seu trabalho.

Conforme Naziozeno Salmória, até meados do século XX os casamentos eram arranjados pelos pais dos jovens, e ocorriam quase que exclusivamente entre indivíduos da mesma etnia. Aproveitava-se a visita do padre para a realização de batismos, primeira comunhão, crismas e matrimônios, pois este vinha da cidade de Lages de tempos em tempos. Costumava-se levar os noivos em “cavalaria” até a Igreja, isto é, os convidados acompanhavam os noivos a cavalo até o local onde se realizava a cerimônia de casamento. A festa geralmente acontecia na casa dos pais da noiva, onde era servido um almoço ou jantar aos parentes e amigos convidados e, em alguns casos, retiravam alguma parede interna da casa para que a sala ficasse maior para dançar. Antes da refeição era servido um licor como aperitivo, e, entre as bebidas, os ítalo-brasileiros preferiam o vinho, enquanto os luso-brasileiros preferiam a cachaça de alambique. Neste período também inicia a produção de refrigerante

artesanal por Benjamim Suppi, essa bebida doce e gaseificada também era conhecida como a “gasosão do Tio Beija”. (SALMÓRIA, 2013).

Entre os luso-brasileiros eram realizadas as chamadas “surpresas”, uma festa em que a vizinhança se reunia em uma casa para comer e festejar, chegando de surpresa e abatendo galinhas e/ou outros animais. Já, entre os ítalo-brasileiros, ocorriam reuniões entre famílias animadas com gaitas, onde se jogava cartas e se tomava o brodo.

Outro aspecto da organização social de outrora, lembrado por Naziozeno, era a realização de “puxirões” para se fazer roças. Quando necessário, o proprietário de uma roça ou lavoura convidava uma boa quantidade de homens para os trabalhos de plantio, limpeza e colheita, sendo que alguns puxirões chegavam a ter 70 homens envolvidos. Os trabalhos iniciavam cedo, com pausa para o almoço, que de costume tinha quirera e carne de porco, e terminava ao fim da tarde. A noite o organizador do puxirão promovia um baile, onde os trabalhadores podiam participar de graça, o que muito interessava aos rapazes solteiros. No baile, além do café com mistura servido a noite, havia bebidas como cachaça, batidas e, por vezes, vinho ou cerveja. Conforme Ivo Delorenzi, no tocante as comunidades com predominância ítalo-brasileira:

Se fazia uma reunião entre todos os moradores daquela linha pra ajeitar a estrada. Era uma organização que a população do pessoal italiano tinha, se caso um precisasse de uma ajuda por doença, ou que o chefe não pudesse trabalhar, fazia um ajutório, uma reunião, pra fazer a roça ou colher a plantação, ou cortar o trigo. Era uma ajuda mutua. (DELORENZI, 2012).

A população de origem luso-brasileira, ou uma parte dela, não participava de forma muito ativa nas festas promovidas pela comunidade, ainda mais se a comunidade tivesse predominância de colonos de origem italiana. Porém, os brasileiros realizavam festas no espaço doméstico, por ocasião da visita dos filhos, geralmente nos finais de ano para as festas do Natal e do Ano

Novo. Neste período os filhos que moram perto ou longe se reuniam na casa dos pais, onde comiam com fartura, bebiam, cantavam e dançavam. Este período também é utilizado para se visitar os parentes, compadres e amigos, revitalizando assim os laços de amizade e solidariedade.

A religiosidade dos caboclos era marcada por um *catolicismo rústico*, dominante no planalto serrano em tempos anteriores à colonização. Monges, rezadores e curadores percorriam a região recomendando receitas médicas e/ou pregando o advento de uma nova ordem social. Entre os brasileiros a figura histórico-religiosa de *São João Maria* era santificada, sendo invocado em diversas ocasiões de necessidade. Segundo Maria Luisa Coelho e Adão dos Santos Martendal:

O pessoal sempre fala muito bem de São João Maria. Tem muito lugarzinho dele por aí. E o pessoal antigo tinha fotos e desenhos do João Maria. Tinha até umas rezas antigas. Diziam que ele não dormia dentro de casa, só fora. E pra comer ele arrumava panelinhas com os ganchinhos na brasa. Mas ele sabia de tudo. (COELHO & MARTENDAL, 2003).

Sobre a religiosidade dos descendentes de italianos, Ivo Delorenzi nos serve de referência com suas informações. De costume, a comunidade se reunia para rezar o terço aos domingos. O terço era rezado com a supervisão dos capelães, que conduziam as rezas comunitárias porque os padres vinham de Lages, a cavalo, a cada três ou quatro meses. Nestas visitas esporádicas celebravam-se as missas nas capelas, e aproveitavam a presença do sacerdote para a realização das demais práticas cristãs:

O padre realizava os casamentos, os batizados, a primeira comunhão, e então era uma participação total, que todos participavam. E naquele tempo a missa era em latim, que a gente quase não entendia a reza. Apenas o sermão que era em português. (COELHO & MARTENDAL, 2003).

Em meados o século XX a catequese era ministrada nas escolas, ficando o professor com a responsabilidade de repassar a doutrina católica aos alunos em um determinado dia da semana. Deste modo, percebe-se a importância da religiosidade para a cultura ítalo-brasileira. Giralda Seyferth, por meio de suas pesquisas, confirma essa estreita relação entre a etnicidade italiana e a Igreja Católica, sendo o clero – principalmente os padres de origem italiana - um dos principais construtores e/ou mantenedores da identidade italiana junto com os colonos. Assim, nas áreas de colonização italiana houve uma forte vinculação entre etnicidade e catolicismo. (SEYFERTH in PANDOLFI, 1999, p. 206-207).

Além do caráter religioso, as ações relacionadas à Igreja tinham função social. O ritual religioso possibilitava o encontro entre os membros da uma comunidade, reforçando os seus laços sociais. O culto ou a missa, geralmente aos domingos, também servia para atualizar os aspectos socioculturais e identitários do grupo, por vezes acionando formas de controle social, como os comentários sobre o comportamento dos indivíduos – as denominadas ações de *se reparar* ou fazer *fofocas*.

A organização social de uma comunidade pode ser notada através do sucesso ou não de uma festa. De modo geral, as comunidades realizam uma festa anual em honra ao santo padroeiro, sendo que algumas realizam duas festas ao ano. Os organizadores das festas, chamados de *festeiros*, são selecionados entre os colonos *médios* e *fortes* no cenário rural, ou entre cidadãos de destaque no cenário urbano. Uma *boa* festa, no senso popular em questão, é aquela que conta com comida boa e farta, música, dança, e, sobretudo, a participação de grande número de pessoas vindas de diversas procedências. As festas são o momento por excelência em que os jovens conhecem e/ou se relacionam com companheiros afetivos.

O envolvimento de toda a comunidade nas atividades mencionadas deve ser relativizado, pois, conforme constatação empírica, muitos luso-brasileiros não participam das atividades religiosas e festivas. As razões para esse desinteresse podem ser encontradas na questão econômica e étnica. Muitos luso-brasileiros não comparecem às atividades sociais da comunidade devido a falta de recursos para gastar nos eventos e/ou o receio de que os colonos de origem italiana reparem o seu comportamento.

Entre os descendentes de italianos, para os homens, o lazer tem espaço através das canchas de bocha e dos jogos de carta e mora. As mulheres têm por divertimento as atividades religiosas, os *clubes de mães* e as visitas às casas dos parentes, dos amigos, e dos compadres e comadres.

Neusa Maria Sens Bloemer, em sua obra *“Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages”*, produziu a seguinte síntese a respeito dos colonos de origem italiana da região:

Faz parte do modo de vida dos camponeses italianos uma forte convivência e dependência de laços comunitários, moldados por fatores tais como o parentesco e a vizinhança, como também por fatores étnicos e religiosos. Estes laços interferem nas mais diferentes esferas da vida de cada família, sendo nesse sentido indispensáveis para a reprodução, tanto econômica quanto social desse segmento. (BLOEMER, 2000, p. 176).

Observa-se a ênfase dada à colonização italiana como um dos alicerces da constituição cultural da localidade de Celso Ramos. A partir do contato entre italianos e luso-brasileiros foram acirradas suas diferenças culturais. Por conseguinte, a construção da história oficial de Celso Ramos caracteriza-se pela ênfase na identidade italiana, vinculada aos colonos oriundos do sul do Estado de Santa Catarina, com base na idéia de “progresso” e de “transformação”.

Os hábitos alimentares constituem uma característica marcante em cada sociedade. Na região deste estudo, apesar das fusões étnico-culturais ocorridas

pelos matrimônios, percebe-se que algumas escolhas alimentares são condicionadas sobretudo pela origem étnica. Entre os indivíduos de origem luso-brasileira ocorre, por exemplo, a valorização do feijão, do arroz, da batatinha, das carnes – quando possível - e da couve. Já, entre a população de origem italiana, a polenta, o queijo, os embutidos, as massas, as carnes e as saladas constituem alguns dos principais produtos de consumo.

As caçadas que ainda hoje ocorrem na região extrapolam a questão da culinária, pois representam um modo peculiar de interagir com o ambiente. Por vezes, como no caso das *passarinhas*, as caçadas tem caráter de *tradição*, mantidas por determinados sujeitos como aspectos de sua cultura e diferenciação social. Noutros casos, as caçadas são executadas para o controle populacional de espécies animais que prejudicam as plantações. De qualquer modo, a caça é proibida em todo o território nacional conforme a Lei n. 5.197, de 03 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna. Este tema merece uma melhor análise em outra oportunidade, pois faz parte da história humana e faunística até então desprezada pela historiografia local e regional; além do mais, este tema possui um apelo preservacionista urgente, devido a fragilidade populacional em que inúmeras espécies animais se encontram.

A assistência médica era dificultada pelo isolamento das localidades do interior, e na verdade não havia na região, nos primeiros tempos da colonização, médicos com formação específica em medicina. O tratamento a ferimentos e doenças era realizado através da medicina caseira, fazendo uso dos mais variados recursos naturais, sobretudo ervas e plantas ditas “medicinais”. Por volta do ano 1932 surgiu na localidade o farmacêutico Francisco Hoffmann, tendo ido embora pouco tempo depois. Em seguida o clínico geral Giovanni di Negri atuou por alguns anos.

No ano de 1953 chegou ao distrito de Anita Garibaldi o farmacêutico Lio Leopoldo Hess, vindo de Luiz Alves (SC). A população lembra com gratidão a

atuação deste farmacêutico, que cumpria um verdadeiro ofício de médico naquele tempo.

Farmácia era o seu Lio, só ele. Nem no hospital não tinha farmácia. Eu sei por que depois de recém-casado eu passei por essa época. Meu médico mesmo, na época, pra criar meus filhos era o seu Lio. Tanto fazia ter dinheiro como não ter. Ele atendia. (GRUNITZKI, 2013).

Além da função de farmacêutico, Lio Leopoldo Hess também se dedicou a agropecuária e a política. Sua esposa, Maria de Lourdes Hess, relembra com saudosismo os tempos vividos em Anita Garibaldi, apesar de notar que na política daquela época aconteciam algumas incoerências. Porém, a boa convivência com a sociedade de então marcou este período, sendo que em 1979, quando a família mudou-se para Florianópolis, deixaram dezenas de compadres e comadres na cidade e no interior. (HESS, 2014).

Os jogos de futebol também representam uma importante manifestação social para a região. Essa atividade recreativa geralmente ocorre nos finais de semana, porém, muitos jovens e homens de média idade se reúnem a noite nos ginásios para treinar. Mesmo que os jogos possam tornar rivais as comunidades dos times envolvidos, este esporte proporciona momentos para aproximá-las, pois jovens e moças se reúnem neste espaço, ocasionando encontros e possibilidades de namoros.

Em meados da década de 1950 o padre Avelino Garbin fundou em Anita Garibaldi o *Esporte Clube Juventus* (1955 – 1962), sendo que, após seu término, foi fundado o *Grêmio Garibaldino*. O time tinha seu campo onde hoje está situada a Escola de Educação Básica José Borges da Silva, as margens do Lajeado dos Antunes. O campo foi construído através de um mutirão organizado pelos próprios atletas e alguns voluntários da comunidade, recebendo melhorias de um trator mais tarde. Do time do *Esporte Clube Juventus* ainda residem no município os senhores Aquilles Appio, Auri Pedro

Grunitzki, Cornélio Pereira Trancoso, Sebastião Freitas, Reasildo Gotardo e Rosalindo Ambrósio. (AMBROSIO, 2010).

A sociabilidade nas serrarias é relembrada com nostalgia. Muitos se referem a este tempo como um período de desenvolvimento e boas relações pessoais. Na opinião de Auri Pedro Grunitzki:

A vida nas madeiras era boa. Na época não tinha maldade, não tinha malícia, não tinha nada. A gente ia nos bailes, se divertia a noite toda. Nós, lá na Cachoeirinha, fazia muito churrasco. E ninguém pagava nada, só a bebida, era tudo patrocinado. A firma também patrocinava. (GRUNITZKI, 2013).

A atividade madeireira movimentava a região em todos os aspectos. Em meados do século XX Anita Garibaldi possuía em torno de 20 mil habitantes, mais que o dobro da sua atual população. As localidades do interior eram povoadas, sobretudo por pequenas vilas operárias que se formavam em torno das serrarias. Neste cenário se desenvolviam as mais variadas formas de interação social. Em entrevista, o empresário Jacyr Thomazi fala de sua experiência na localidade de Lagoa da Estiva:

Quando eu trabalhei em Anita, todos os empregados eram meus compadres. Nascia uma criança, eu era o padrinho. A gente brincava muito e trabalhava. Jogava bola. Eles eram pessoas de muita confiança, havia um entrosamento, até para cuidar dos filhos da gente. Havia as festas de Igreja, e quando íamos às festas, os empregados iam com as suas famílias. [...] A gente mantinha um entrosamento familiar com os empregados mais próximos porque morávamos no interior das localidades. Não havia a facilidade de sair para as vilas, o que contribuía para a concentração na serraria, no trabalho. A gente jogava canastra, jogava bocha, havia união. (THOMAZI in SILVEIRA, 2005, p. 272).

Sua esposa, Dione Ubaldo Thomazi, apresenta um fato interessante:

Quando eu comecei a namorar o Jacyr, meu pai disse assim: “minha filha, você está namorando esse rapaz que você não sabe quem é. São gente de serraria, essa gente é que nem cigano, eles chegam nos lugares, arrasam o que tem e se mudam para outro lugar”. Ele, meu pai, era um caboclo, mas uma pessoa bem inteligente. Chamava-se Nelson Ubaldo. Ele dizia: “Ah! Eu não queria que minhas filhas casassem com gringo. Gringo judia muito da mulher, faz trabalhar demais.” (THOMAZI in SILVEIRA, 2005, p. 275).

Através deste fato podemos notar e inferir algumas questões. Primeiramente, fica evidente o estigma da classe madeireira como predadores. Nas palavras do pai de Dione, Nelson Ubaldo, os madeireiros são gente que “chegam nos lugares, arrasam o que tem e se mudam para outros lugar”. De certo modo Ubaldo estava certo, afinal, com o fim das reservas de araucárias as empresas iam para outros locais ou fechavam. Outro aspecto que sobressai na declaração de Dione Thomazi é de caráter étnico. O fato de Ubaldo não querer suas filhas casadas com “gringos” (descendentes de italianos) justifica-se, pois, em comparação aos caboclos, os ítalo-brasileiros possuem uma singular valorização do trabalho.

Atualmente, ao que tudo indica, os casamentos não seguem uma determinação étnica, ou, ao menos, a origem étnica dos pretendentes não influencia de forma decisiva a realização ou não de um matrimônio. Porém, devemos observar que o aspecto econômico é o determinante na formação de novos núcleos familiares, ocasionando *prestígio social*.

Dom Oneres Marchiore, enquanto bispo da Diocese de Lages (1987 – 2010), justifica a omissão da Igreja Católica com relação aos impactos ambientais que a atividade madeireira gerou, mas nota que os impactos sociais foram negativos:

A igreja, na época preocupou-se pouco com a questão ambiental porque não via uma ameaça muito próxima. E não havia, de modo geral, uma preocupação da igreja com este aspecto. Em relação ao econômico havia uma preocupação da

igreja, porque o pessoal era mal assistido, em relação ao futuro, à aposentadoria. Era um trabalho perigoso, pesado, de moradias precárias. (MARCHIORI in SILVEIRA, 2005, p. 331-332).

O bispo reconhece que muitos trabalhadores foram prejudicados pelas serrarias, referindo-se aos riscos que corriam no trabalho e a falta de assistência para a aposentadoria e demais direitos. Dom Oneres destaca que os empresários madeireiros ajudavam no que fosse necessário a Igreja, inclusive “muitas capelas do interior foram construídas com donativos dos madeireiros e fazendeiros”.

Por fim, temos o registro do padre Sextílio Miotto, vigário da Paróquia Santa Bárbara de Anita Garibaldi entre 1966 e 1970. No contexto das obras da Casa Canônica e do Salão Paroquial a cidade passava por uma crise econômica – quiçá pela diminuição das atividades madeireiras, crise esta observada pelo padre como falta de compromisso dos paroquianos para com a Igreja. De qualquer modo, interessa-nos nesta questão o registro efetuado por Sextílio Miotto em 15 de fevereiro de 1969:

Haja o exemplo do padre Antônio Stella, que fazendo arrecadações para a construção da igreja matriz, juntou com festa e tudo em toda a paróquia três milhões e meio de cruzeiro novo. E para fazer frente às despesas de material, pedreiros etc. comprava pinheiros nesses fundos, difíceis de cortar e estaleirar. E para não pagar mão de obra ia ele mesmo, derrubava o pinheiro, com um ajudante pegavam as toras, carregavam no caminhão e as levava no pátio das serrarias. Comprava cedros, canelas, louros etc. Fazia todo este trabalho para quê? Para uma obra que o povo deveria construir e não o padre. Resultado: esgotado pelo trabalho, doente, fraco, sem serventia, não recebeu deste povo reconhecimento nem auxílio hospitalar. (MIOTTO, 1968, p. 49).

Fica evidente, através do registro do vigário Miotto, a interação dos diversos setores da sociedade com a natureza local, bem como seus reflexos na organização destes grupos humanos. Outra questão que merece destaque é que, apesar de todo auxílio prestado pelos religiosos, pouco se valorizou a atuação

destes sujeitos. Os trabalhos desenvolvidos pelos padres e irmãos em Anita Garibaldi extrapolaram o aspecto religioso-espiritual, possibilitaram, de fato, a educação, saúde e cultura a população.

Boas ou más, de um modo ou de outro, as recordações no município de Anita Garibaldi passam pela “época das serrarias” do século XX. É certo que nestas páginas grande parte da história sociocultural da região ficou de fora, até porque seria impossível reunir num esboço como este a totalidade dos fatos ocorridos. Destarte, neste último capítulo procurei reunir e analisar algumas questões culturais e étnicas que contribuem no entendimento da história local e suas correlações com a indústria madeireira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a trajetória histórica do município de Anita Garibaldi foi repensada pelo viés da História Ambiental. A pesquisa executada levou em consideração os aspectos socioambientais da indústria madeireira do século XX. Neste período o município teve um aparente desenvolvimento com o extrativismo vegetal, possibilitando a geração de capital por meio da industrialização da madeira. Porém, é preciso refletir e reconsiderar o desenvolvimento tanto por seus benefícios como por seus prejuízos. Os grandes prejudicados, neste caso, foram os trabalhadores em situação precária e a floresta devastada.

O processo de desmatamento na região foi acelerado a partir do ano de 1900, com o estabelecimento de imigrantes e migrantes que viam a floresta como empecilho para a implementação de suas lavouras. No decorrer do século XX, com o desenvolvimento da indústria madeireira, as espécies economicamente rentáveis foram extraídas, gerando capital para os madeireiros e os proprietários de terras – interessados em “limpar o terreno” para o cultivo agrícola e a criação de animais. Neste sentido, concorda-se com Paulo Afonso Zarth ao observar que:

Até recentemente, a história da agricultura era analisada através da ideia de progresso, que implicava a destruição da floresta e a introdução de modernas técnicas europeias, em substituição aos supostos métodos arcaicos dos povos nativos e das populações tradicionais. Agora essa posição está sob forte crítica acadêmica, tanto da história ambiental como da história agrária. (ZARTH in NODARI & KLUG, 2012, p. 55).

A inserção da região no cenário econômico estadual, através do cultivo agrícola e da extração de madeiras, teve implicações ambientais, especialmente as relacionadas com a floresta, acarretando a perda de sua biodiversidade

vegetal e faunística. Entre as décadas de 1940 e 1980 o município teve grande parte de suas florestas reduzidas a tábuas de madeira, tanto para o consumo local quanto para abastecer o mercado interno e externo.

Na tabela 07 fica explícito que a cobertura vegetal de Santa Catarina foi reduzida intensamente na primeira metade do século XX, resultado, principalmente, do processo de ocupação e exploração vegetal ocorrido no interior do Estado neste período.

Tabela 07 - Evolução histórica das florestas em Santa Catarina, 1500 - 1995.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FLORESTAS EM SANTA CATARINA		
Ano	Área (hectares)	% Cobertura Florestal
1500	7.768.440	81,50%*
1912	7.498.690	78,67%
1959	2.859.550	30,00%
1985	1.831.950	19,14%
1990	1.729.160	18,03%
1995	1.662.000	17,46%
* Os outros 18,5% representavam ecossistemas associados à Mata Atlântica: manguezais, restingas e campos de altitude.		

Fonte: FLORIANI, 2007, p. 111.

Durante o século XX o poder público estadual e federal criou órgãos e leis relacionados às questões ambientais. O *Serviço Florestal* foi criado no país em 1921, ficando subordinado ao Ministério da Agricultura por meio do Decreto-Lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938. Em 1934 a *Constituição Federal* incluiu na legislação o conceito de “monumento público natural” e o *Código Florestal* introduziu a noção de “área reservada”. Na década de 1940, haja vista a importância dos recursos vegetais à economia, foi criado o *Serviço Florestal* do Estado. Em mensagem à Assembléia Legislativa no ano de 1948,

o governador Aderbal Ramos da Silva justifica a criação do serviço apontando que:

O desmatamento de nossas terras, a queima inconsciente, o corte das madeiras de lei e a diminuição progressiva das nossas matas, fizeram necessária a criação de um serviço florestal no Estado, ao qual fossem atribuídos os serviços de preservação de florestas existentes, reflorestamento das zonas desnudadas e estudos das nossas matas. (SANTA CATARINA, 1948, p. 99).

A nível nacional, em 1988 a *Constituição Federal* dedicou um capítulo inteiro referindo-se ao meio ambiente, definindo a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional.

O modo de exploração madeireira foi inadequado por não ter considerado qualquer orientação técnica que assegurasse a perpetuação da flora, isto é, o desmatamento predatório não possibilitou a recomposição das florestas afetadas.

Do ponto de vista econômico, a indústria madeireira gerou um capital frágil, pois com o fim das reservas florestais e a proibição do corte muitos empresários não mantiveram seus ganhos, ocasionando, inclusive, na total falência de muitos madeireiros. Esta recessão econômica da atividade motivou alguns a migrarem para o Centro-Oeste e Norte do país, porém, a grande maioria que não dispunha mais de recursos financeiros permaneceu na região ou dispersou-se para outros centros urbanos.

Nas décadas de 1970 e 1980 a quantia de lucro obtida com a venda da madeira reduzia paralelamente com a redução das florestas. Medidas foram tomadas por parte dos governantes mesmo antes da acentuada decadência. A atividade de reflorestamento foi incentivada pelo governo estadual, numa justificativa de apoio a famílias de baixa renda e na crença de um dito “reflorestamento”. Foram aprovados projetos relacionados com o “desenvolvimento florestal” e o *Programa Florestal Catarinense*. Porém,

constata-se que o governo produziu projetos de reflorestamento levando em consideração os aspectos meramente financeiros, já que se buscava a praticidade para tal empreendimento. Ou seja, conforme observou Samira Moretto, “mesmo depois de averiguada que a FOM fora desmatada em grande escala, as medidas tomadas foram para a manutenção do setor madeireiro e não para a recuperação da floresta”. (MORETTO, 2010, p. 69). A demanda por madeira impulsionou a cultura exótica das espécies pinus e eucalipto, resultando em acirradas discussões que se estendem por décadas, com argumentos econômicos favoráveis e argumentos ambientais contrários.

A Lei Federal n. 11.428 de 22 de dezembro de 2006, conhecida como a Lei da Mata Atlântica, tem sido importante para a preservação dos remanescentes deste bioma. Em 21 de novembro de 2008 o Decreto n. 6.660 regulamentou a lei supracitada, estabelecendo de que maneira podem ocorrer as intervenções na vegetação nativa, isso, claro, mediante o uso sustentável dos recursos e se assim for permitido.

A expansão do cultivo agrícola e da criação de animais nas pequenas, médias e grandes propriedades continua a causar desmatamentos. Ao analisar o processo histórico das violências ambientais no oeste catarinense, Eunice Nodari apresenta uma revisão atualizada da questão; sua pesquisa é também pertinente a região deste estudo. Segundo Nodari, com as proibições e a fiscalização governamental novas formas de desmatamento foram criadas: alguns proprietários adotam a estratégia de “roer pelas bordas”, isto é, desmatam anualmente pequenas faixas de floresta na margem externa dos remanescentes; outros desmatam de “dentro para fora”, deixando as bordas dos remanescentes. Esses métodos dificultam a fiscalização, pois muitas vezes quando essas ações são descobertas os danos já foram efetuados. Ainda de acordo com Nodari, temos outros agravantes ambientais na contemporaneidade: a expansão da monocultura do pínus e eucaliptos; e a instalação de usinas hidrelétricas; e o modelo de reforma agrária adotado pelo

Governo Federal, no qual as áreas dos assentamentos rurais são desmatadas – tanto pelos proprietários desapropriados quanto pelos agricultores que as ocupam. (NODARI, 2013, p. 263-266).

A área de floresta de Santa Catarina, assim como o resto do Brasil, está perdendo ano a ano a identidade original, uma vez que a intervenção humana fragmentou e degradou este ecossistema. Embora presente, a sucessão florestal está ocorrendo em fragmentos, o que não é suficiente para recuperar a fisionomia original das regiões desflorestadas. Na figura 21 temos a vista aérea da localidade de Santa Ana, onde aparecem fragmentos florestais da FED e da FOM. Assim como boa parte do território do município, a região passou por um intenso desmatamento com a colonização do início do século XX, e, recentemente, com formação do lago da UHE Campos Novos (2006) teve as margens do rio Canoas alagadas, ocasionando um grande impacto socioambiental.

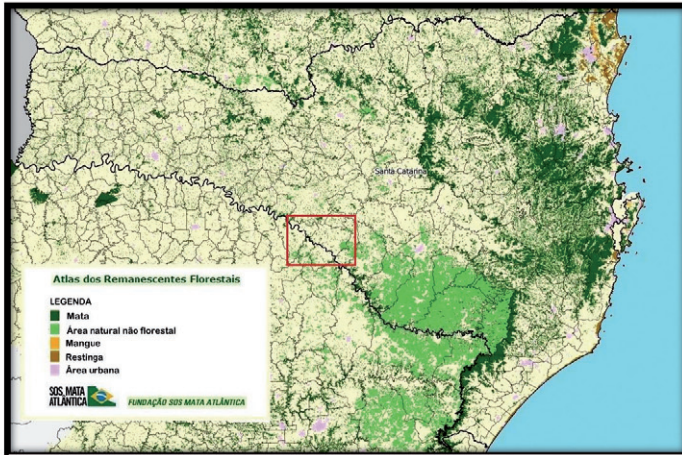
Figura 21 - Vista aérea da localidade de Santa Ana. Anita Garibaldi, 2002.



Acervo: ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.

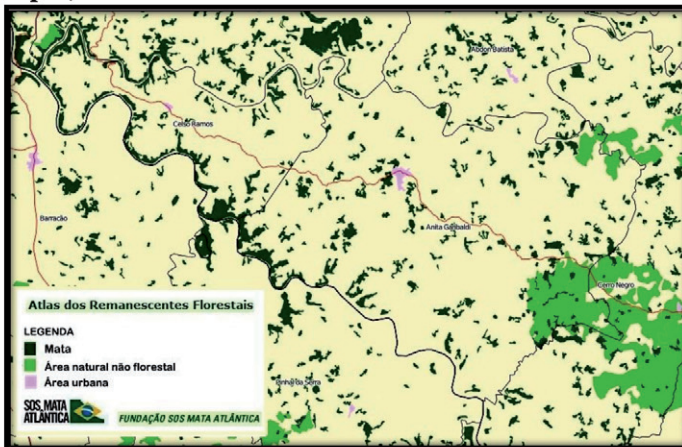
O mapa 06 destaca os resquícios da Mata Atlântica em Santa Catarina, com os territórios dos municípios de Anita Garibaldi e Celso Ramos ampliados no mapa 07.

Mapa 06 - Remanescentes florestais da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina, 2012. Com área em destaque no mapa 07 (cf. infra).



Fonte: *Portal SOS Mata Atlântica.*

Mapa 07 - Remanescentes florestais da Mata Atlântica nos municípios de Celso Ramos e Anita Garibaldi, SC, 2012. Detalhe do mapa 06 (cf. supra).



Fonte: *Portal SOS Mata Atlântica.*

O registro de estiagens nos municípios de Anita Garibaldi e Celso Ramos, assim como em toda região oeste de Santa Catarina, tem crescido em decorrência da ação antrópica, com o aumento da população e o mau uso dos solos. Entre os fatores que favorecem as secas, destacam-se o desmatamento, as queimadas, a poluição atmosférica e a compactação e impermeabilização do solo.

Os resquícios de florestas que ainda existem são explorados também pela coleta de lenha para fogões e lareiras, sendo que em alguns casos as árvores chegam a ser derrubadas para tal finalidade. Os impactos da geração de energia e calor através dos recursos vegetais carecem de estudos mais detalhados, porém, podemos inferir que representam uma porção significativa entre as ações de devastação ainda em curso.

Se levarmos em conta a história da colonização para a região deste estudo, perceberemos que seus objetivos socioeconômicos foram alcançados, ou seja, a vegetação densa que os antigos moradores relatam ter encontrado cedeu lugar às lavouras e habitações - símbolos do progresso e do triunfo humano sobre a natureza. Mas, precisamos reconsiderar esta trajetória sob uma perspectiva que extrapole o discurso oficial e memorialístico. Durante todo o século XX as inúmeras levas de imigrantes e migrantes não avaliaram os ganhos futuros proporcionados pela preservação, afinal, naquele momento histórico a questão ambiental não preocupava a população trabalhadora do interior. Assim, com o esgotamento do solo ou por questões econômicas, muitos pequenos proprietários tiveram que vender a terra, contribuindo para a formação de latifúndios com pastagens, monoculturas (soja) e o plantio homogêneo de pinus e eucaliptos. Em resumo da análise deste processo, Eunice Nodari alerta que:

Sempre que os interesses econômicos de uma minoria se sobrepuserem aos interesses maiores da sociedade, os reflexos

repercutem não somente nos seres humanos, mas em toda a natureza. As florestas acabam sucumbindo, e com elas se vai a sua biodiversidade e se perdem as perspectivas diferenciadas de sustentabilidade. (NODARI in DRUMMOND et. al., 2012, p. 260).

A importância atual das discussões ambientais, a produção de conhecimento no tema, o envolvimento coletivo, e, por objetivo, a preservação das florestas, vem se fortalecendo devido a constatação de que os danos a natureza são irreversíveis e fatais à espécie humana. Assim, constata-se que o estudo crítico e histórico dos aspectos socioambientais de Anita Garibaldi é relevante, pois os fragmentos de Mata Atlântica existentes no território do município se encontram ameaçados de extinção e sem infraestrutura suficiente para o seu reparo.

As questões analisadas e/ou apresentadas neste trabalho são cruciais não apenas para o entendimento do passado, mas principalmente para as perspectivas de futuro. A afirmativa do historiador Arnold Joseph Toynbee (1889 – 1975) é pertinente e nos serve de reflexão:

A biosfera é estritamente limitada em seu volume e, por isso, contém um estoque também limitado dos recursos de que as várias espécies de seres vivos têm de lançar mão para se manterem. Alguns desses recursos são renováveis; outros, insubstituíveis. Qualquer espécie que utilize demais seus recursos renováveis ou esgote os insubstituíveis condena-se à extinção. (TOYNBEE, 1978, p. 22-40).

O conhecimento histórico sobre este passado um tanto quanto recente pode favorecer uma crítica construtiva acerca da nossa interação com o meio ambiente. Afinal, o equilíbrio no uso dos recursos naturais é fundamental para a continuidade da trajetória humana sob a terra.

O município de Anita Garibaldi precisa repensar seu modo de interagir com a fauna e a flora do seu território. Se as ações desordenadas de desmatamento continuarem, muito em breve o trecho “verdes matas a te

circundar” será apenas uma linguagem poética no hino municipal. Depende de nós, cidadãos e governantes, garantir que os fragmentos de vegetação remanescente possam se regenerar, proporcionando condições de vida para todas as espécies – inclusive a humana.

*Anitenses, avante marchemos!
Só fitemos o nobre porvir.
E na vida valente seremos.
Quais soldados que temem fugir?!
(Refrão do Hino Municipal de Anita Garibaldi).*

Que a *gente faceira da nobre terra* de Anita Garibaldi seja valente na luta por um porvir mais sustentável.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Geral

AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia brasileira ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil** [1817]. Coleção reconquista do Brasil, v. 27. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Necessidade de uma academia de agricultura no Brasil (1821). p. 41-42. Apud: PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 129.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria**: interpretação da campanha do Contestado. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Desenvolvimento regional**: o papel governamental e a firmeza de propósitos. Departamento de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

CASAROTTO FILHO, Nelson. Governança e Espaço Regional. **Revista Eletrônica Ponto Gov.**, 2006.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa (900 - 1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a historia e devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: companhia da Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 04, n. 08, p. 177-197, 1991.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; TAVARES, G. G. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, volume III: 1870 – 1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOUAISS, Antônio (1915 – 1999); VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

IBGE. **Geografia do Brasil**. Região Sul, v. 02. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 1991.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MARKUN, Paulo. **Anita Garibaldi: uma heroína brasileira**. São Paulo: SENAC, 2003.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas (1872 – 2000). **Revista USP**, São Paulo, v. 44, p. 218-269, dez./jan., 1999-2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2010.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PIAZZA, Walter Fernando **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIAZZA, Walter Fernando. **Aspectos folclóricos catarinenses**. Florianópolis: Edição da Comissão Catarinense do Folclore, 1953.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, 1997.

RAMOS FILHO, Celso. **Coxilha Rica**: Genealogia da Família Ramos. Florianópolis: Insular, 2002.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. **Caderno de Indicadores**. Diretoria de Planejamento Orçamentário. Florianópolis, 2013.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil**: A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOYNBEE, Arnold Joseph. **A Humanidade e a Mãe Terra**: uma história narrativa do mundo. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA DA ROSA, José. **Chorographia de Santa Catarina**. Florianópolis: Typographia da Livraria Moderna, 1905.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

Bibliografia Específica

BAESA. **Plano Diretor do Município de Anita Garibaldi – SC.** Energética Barra Grande S.A., 2004.

BERGAMO, Claudete de Almeida; ADAMY, Dilvete Moraes. **Lagoa da Estiva.** Escola de Educação Básica Isidoro Silva. Anita Garibaldi, 2011.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira:** migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOITEUX, Henrique. **Madeiras de Construção de Santa Catarina.** Departamento Estadual de Estatística. Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1942.

BOITEUX, José. **O Estado de Santa Catharina na Exposição Nacional de 1908.** Rio de Janeiro: Alexandre Borges & C, 1912.

BONAMIGO, Irme Salete; CHAVES, Luiz Carlos. **Violências e segurança pública na contemporaneidade:** um desafio às tecnologias e inovações sociais. Chapecó: Argos, 2013.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina.** Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRANDT, Marlon; NODARI, E. S. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, v. 15. p. 80-90, 2011.

CARVALHO, M. M. X. **O desmatamento de florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu:** uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CARVALHO, M. M. X. **Uma grande empresa em meio à floresta:** a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CESCO, Susana. **Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe:** discussões sobre “progresso” e transformação ambiental. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CORREA, S. M. S.; NODARI, E. S. **Migrações e natureza.** São Leopoldo: Oikos, 2013.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens:** sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DIRKSEN, Valberto. **Anita Garibaldi:** retratos da memória. Porto Alegre: Pomar Editora, 2011.

EDUARDO, Rosemari Pozzi. **A madeira em Santa Catarina (1930 - 1974).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

EHLKO, Cyro. **A Conquista do Planalto Catarinense.** Rio de Janeiro: Laudes, 1975.

ESPÍNDOLA, M. A. Aspectos ambientais da estiagem no Oeste catarinense. **Revista História Catarina**, v. 07, p. 19, 2013.

FLORIANI, Guilherme dos Santos. **História Florestal e Sócio-Lógica do Uso do Solo na Região dos Campos de Lages no século XX.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Centro de Ciências Agroveterinárias, Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages, 2007.

GOBBATO, Celeste. Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense. In: **Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925.** Porto Alegre, 1925.

HERRMANN, Maria Lúcia de Paula. **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina:** período de 1980 a 2010. 2ª Edição. Florianópolis: IHGSC / Cadernos Geográficos, 2014.

KLANOVICZ, Jó. **Um olhar sobre a história do município de Celso Ramos.** 2002 Acervo: LABIMHA.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A ocupação do vale do rio Canoas.** 2002. Acervo: LABIMHA.

MARTELLO, Graciano. **Hino do município de Anita Garibaldi – SC.**

MINOSSO, Domingos. **Tropeiro de Mula**, década de 2000. Acervo: Domingos Minosso. Celso Ramos - SC.

MIOTTO, Sextílio. **Livro Tombo I - Paróquia Santa Bárbara**. Anita Garibaldi, 15 de fevereiro de 1968. p. 49.

MORETTO, S. P. **A floresta nos campos de Lages**: os incentivos governamentais à agricultura e à devastação (1900 – 1960). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MORETTO, S. P. **Remontando a floresta**: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

NODARI, E. S. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011.

NODARI, E. S.; FERRI, G. K. **A natureza dominada: ocupação e desmatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875 – 1970)**. Relatório final de pesquisa. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

NODARI, E. S.; KLUG, João. **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antonio. **O que é ecologia?** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PREFEITURA Municipal de Anita Garibaldi. **Plano Rodoviário do Município de Anita Garibaldi**. GAPLAN: Gabinete de Planejamento. Anita Garibaldi, 1975.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente. **Fronteiras sem Divisas**: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande. Caxias do Sul: Educs, 2005.

ROSSI, E. M. Z.; NODARI, E. S. **Araucária - o símbolo de uma era**: o Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta – e os reflexos regionais. Relatório final de pesquisa – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVEIRA, Cláudio Rogério. **História da indústria da madeira**: serra catarinense (1940 – 2005). Lages, Ed. do autor, 2005.

SILVEIRA, Claudio Rogério. **História da indústria da madeira**: serra catarinense (1940 – 2005). Vol. II. Lages: Ed. do autor, 2010.

SZÜCS, C. A.; BOHN, A. R. A importância histórica e atual da madeira na economia do Estado de Santa Catarina. In: **Anais do Encontro Brasileiro em Madeiras e em Estruturas de Madeira**. Uberlândia, 2002.

THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira**: história da devastação da floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em caçador e na região do Contestado no século XX. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

WALDRIGUES, Augusto; MARTELLO, Graciano. **História de Anita Garibaldi**: antiga Colônia Hercílio Luz. Porto Alegre: Edições EST, 1996.

FONTES

Documentação Oficial

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

EPAGRI. Relatório de proposta para a construção do Plano de Desenvolvimento Rural do município de Anita Garibaldi – SC. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, 2004/2005. Acervo: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi – SC.

OFÍCIO do Delegado de Polícia de Lages, Guilherme Ricken, ao Presidente de Província, João José Coutinho, em 25 de fevereiro de 1855. Transcrição paleográfica. p. 24-25. Acervo: APESC.

SANTA CATARINA. MENSAGEM do Governador Irineu Borhausen à Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Florianópolis, 15 de abril de 1952. Acervo: APESC.

SANTA CATARINA. Mensagem do governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 1911. Acervo: APESC.

SANTA CATARINA. Mensagem do Vice-Governador Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 1905. Acervo: APESC.

SANTA CATARINA. Mensagem do governador dr. Aderbal Ramos da Silva à Assembléia Legislativa. Florianópolis, 1948. Acervo: APESC.

SANTA CATARINA. Reflorestamento: situação e perspectiva em Santa Catarina. CODESUL: Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. Florianópolis, 1969. Acervo: APESC.

SOCIEDADE Nacional de Agricultura. Mapa da Distribuição dos Pinheirais no Brasil. Secção de Geografia Agrícola. 1908. Acervo: Museu Hipolyto da Costa. Porto Alegre – RS.

Legislação

BRASIL. **Lei n. 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna.** Disponível em: <
http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao_13.pdf>. Acesso em 05 jul. 2014.

BRASIL. **Lei Federal n. 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os assuntos arqueológicos e pré-históricos.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

Brasília, 27 de julho de 1961. Seção 01. p. 6793.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827: Crêa em cada uma das freguezias e das capellas curadas um Juiz de Paz e supplente.** Coleção de Leis do Império do Brasil – 1827. Vol. 01, pt. 01, p. 67.

SANTA CATARINA. **Lei n. 14.675, de 13 de abril de 2009. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.** Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 13 de abril de 2009.

SANTA CATARINA. **Lei n. 181. Cria o Serviço Florestal do Estado.** Palácio do Governo. Florianópolis. 22 de novembro de 1948.

Periódicos

A Crise da Madeira e o Instituto do Pinho. **Jornal Região Serrana**, n. 179, ano 05. Lages, 16 de janeiro de 1950. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

AMBROSIO, Fernando Junior. A história do futebol no Município surgiu com o Juventus. **Jornal Correio dos Lagos**, Anita Garibaldi, 16 de março de 2010.

BECKER, Marcelo. Arqueologia busca origem de tribos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 13 de novembro de 2002. p. 25.

COLÔNIA Anita Garibaldi. **Jornal Região Serrana**, n. 170. Lages, 09 de setembro de 1900. p. 04. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

COLÔNIA Garibaldi. **Jornal Região Serrana**, n. 111. Lages, 10 de junho de 1899. p. 01. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

DEON, Constantino. Missões em Anita Garibaldi. **Jornal Correio Riograndense**. Caxias do Sul, 02 de janeiro de 1974.

ENTRE Rios. **Jornal Região Serrana**, n. 24. Lages, 15 de agosto de 1897. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

HAIZLEZ, Fernando Taif. Serraria Progresso. **Jornal O Imparcial**. Lages, 16 de abril de 1902. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

MARTELLO, Graciano. Anita Garibaldi e sua História. Edição Histórica de Anita Garibaldi. **Jornal O Guardião**. Lages, 1975.

PREFEITURA Municipal de Lages. Resolução n. 04. **Jornal A Época**, n. 181. Lages, 17 de dezembro de 1930. p. 02. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

Entrevistas

COELHO, Maria Luísa.; MARTENDAL, Adão dos Santos. **Entrevista concedida a Paulo Pinheiro Machado**. Anita Garibaldi, 13 de março de 2003. Acervo: LABIMHA.

COMIN, José. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri e Claudia de Bona Sartor**. Celso Ramos, 01 de agosto de 2012. Acervo do autor.

DELORENZI, Ivo. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri e Claudia de Bona Sartor**. Celso Ramos, 16 de novembro de 2012. Acervo do autor.

FABRIS, Natalino. **Entrevista concedida a Paulo Pinheiro Machado**. Celso Ramos, 20 de maio de 2003. Acervo: LABIMHA.

FELTRIN, Fidêncio. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri, Roberto Viecelli e Valberto Dirksen**. Anita Garibaldi, 06 de março de 2011. Acervo do autor.

GRUNITZKI, Auri Pedro. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri**. Anita Garibaldi, 21 de outubro de 2013. Acervo do autor.

HESS, Maria de Lourdes. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri.** Florianópolis, 02 de julho de 2014. Acervo do autor.

LORENSI, Ivanei de. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri.** Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

MARAVAI, Olavio. **Entrevista concedida a Paulo Pinheiro Machado.** Celso Ramos, 20 de maio de 2003. Acervo: LABIMHA.

MARCHIORI, João Oneres. **Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira.** Lages, s.d. Acervo: Cláudio Rogério Silveira. Lages – SC.

MATTOS, Campolim José de. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri.** Anita Garibaldi, 03 de julho de 2014. Acervo do autor.

MARTELLO, Graciano. **Entrevista concedida a Paulo Pinheiro Machado e Mariana Klug.** Anita Garibaldi, 19 de maio de 2002. Acervo: LABIMHA.

PAESE, Celso. **Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira.** Lages, s.d. Acervo: Cláudio Rogério Silveira. Lages – SC.

PAESE, Plínio. **Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira.** Lages, s.d. Acervo: Cláudio Rogério Silveira. Lages – SC.

RODRIGUES, Elias Lameu. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri.** Anita Garibaldi, 03 de julho de 2014. Acervo do autor.

SALMÓRIA, Hilário. **Entrevista concedida a Paulo Pinheiro Machado, Mariana Klug e Cristina Dallanora.** Localidade de Santa Ana. Anita Garibaldi – SC, 13 de março de 2013. Acervo: LABIMHA.

SALMÓRIA, Naziozeno. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri.** Anita Garibaldi, 03 de setembro de 2013. Acervo do autor.

SALMÓRIA, Naziozeno. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri e Mariana de Lorensi.** Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

SCHOENARDIE, Olivo Martins. **Entrevista Concedida a Gil Karlos Ferri.** Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

SILVA, Elias Oliveira da. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri e Claudete Ferri.** Anita Garibaldi, 23 de junho de 2014. Acervo do autor.

THOMAZI, Dione Ubaldo. **Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira**. Lages, s.d. Acervo: Cláudio Rogério Silveira. Lages - SC.

THOMAZI, Jacyr. **Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira**. Lages, s.d. Acervo: Cláudio Rogério Silveira. Lages – SC.

WENTEZ, Irania Dexheimer. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri**. Anita Garibaldi, 30 de agosto de 2013. Acervo do autor.

ZANONI, José Afonso. **Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri**. Anita Garibaldi, 27 de setembro de 2013. Acervo do autor.

Websites

Acessos em 18 de outubro de 2017

AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana.

Anita chora a morte de seu historiador. Lages, 24 de agosto de 2010.

Disponível em:

<<http://www.amures.org.br/conteudo/?item=558&fa=1&cd=23376>>.

DICIONÁRIO Online de Português.

Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/creolina/>>.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

LABIMHA - Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental.

Universidade Federal de Santa Catarina.

Disponível em: <<http://www.labimha.ufsc.br/>>.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social.

Disponível em: <www.mds.gov.br>.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>.

PREFEITURA Municipal de Anita Garibaldi.

Informações Gerais do Município.

Disponível em: <<http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br/>>.

More Books!



yes I want morebooks!

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
www.get-morebooks.com

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
www.morebooks.es

OmniScriptum Marketing DEU GmbH
Bahnhofstr. 28
D - 66111 Saarbrücken
Telefax: +49 681 93 81 567-9

info@omniscryptum.com
www.omniscryptum.com

OMNIScriptum



